

JULHO 2023 - DEZEMBRO 2023

Relatório de avanço SEMESTRAL - REM MT

REM MATO GROSSO

cooperação alemã

giz

KFW

UKaid

FUNBIO

PCI

SEMA Secretaria de Estado de Meio Ambiente

Governo de Mato Grosso

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

BEA – Batalhão de Emergências Ambientais
BPMPA – Batalhão de Polícia Militar e Proteção Ambiental
CMCR+ - Coordenadoria de Mudanças Climáticas e REDD+
DEMA - Delegacia Especializada do Meio Ambiente
DUD's - Diretoria de Unidades Desconcentradas
EMPAER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNBIO – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
FEPOIMT – Federação dos Povos Indígenas de Mato Grosso
GCP REM – Grupo de Coordenação do Programa REM
GIZ - Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis
ICV – Instituto Centro de Vida
IMAC – Instituto Mato Grossense da Carne
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INTERMAT – Instituto de Terras de Mato Grosso
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MPE – Ministério Público Estadual
MT – Mato Grosso
PCI – Estratégia Produzir, Conservar, Incluir
PDI – Plano de Investimento
REDD – Reduced Emissions from Deforestation and Degradation
SAD – Sistema de Alerta de Desmatamento
SEAF - Secretaria de Estado de Agricultura Familiar
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico
SEMA/MT – Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso
SEPLAG – Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão
TdR – Termo de Referência
AFPCTs - Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais
TI - Territórios Indígenas
PIMS - Produção, Inovação e Mercados Sustentáveis
FIPPE - Fortalecimento Institucional e Políticas Públicas Estruturantes

Título do Programa: REDD *Early Movers* Mato Grosso	
Instituição responsável: FUNBIO / Parceria executiva SEMA-MT	
Gerente do Programa (FUNBIO): Dante Coppi Novaes Telefone: (21) 2123-5324 E-mail: dante.novaes@funbio.org.br	
Coordenadora do Programa (UPPI – SEMA MT): Ligia Nara Vendramin Telefone: (65) 3054-9608 E-mail: ligiavendramin@sema.mt.gov.br	
Período de abrangência do relatório: De 01/07/2023 a 31/12/2023	Data de envio do relatório: Versão final:

1. RESUMO EXECUTIVO

O presente relatório refere-se ao período de 01.07.2023 a 31.12.2023, período muito marcado pela continuidade da execução dos projetos apoiados por meio das chamadas nos Subprogramas da Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais (AFPCTs), Território Indígena (TI) e Produção, Inovação e Mercados Sustentáveis (PIMS).

O acumulado de projetos ao longo da Fase I alcançou 88 contratos, dos quais 80% assinados diretamente com associações ou cooperativas, e 20% com ONG's ou instituições de ensino ou pesquisa. Os desembolsos aos projetos de apoio somam R$ 109.569.323,87 em contratos, tendo sido executados R$ 86.582.403,32 até o momento, sendo R$ 53.478.988,49 no Subprograma AFPCT, R$ 20.656.003,24 no Subprograma Territórios Indígenas e R$ 12.447.411,11 no PIMS.

O monitoramento físico a partir do sistema GPWeb aponta para mais de 34.000 beneficiários diretos, dos quais 18.000 são indígenas.

Em relação ao combate ao desmatamento, a SEMA finalizou a digitalização do processo de responsabilização de infratores ambientais, e está na fase final da construção da plataforma própria de monitoramento via satélite do Estado.

No que se refere à execução financeira do Programa REM MT a execução acumulada foi de R$58,53 milhões, , incluindo os desembolsos realizados no âmbito das Chamadas 12/2022, 03/2020 e 08/2020, do Plano Emergencial de Combate ao COVID-19 e da Chamadas 01 e 02/2022 do Subprograma Territórios Indígenas e a execução direta (R$21.6MM)

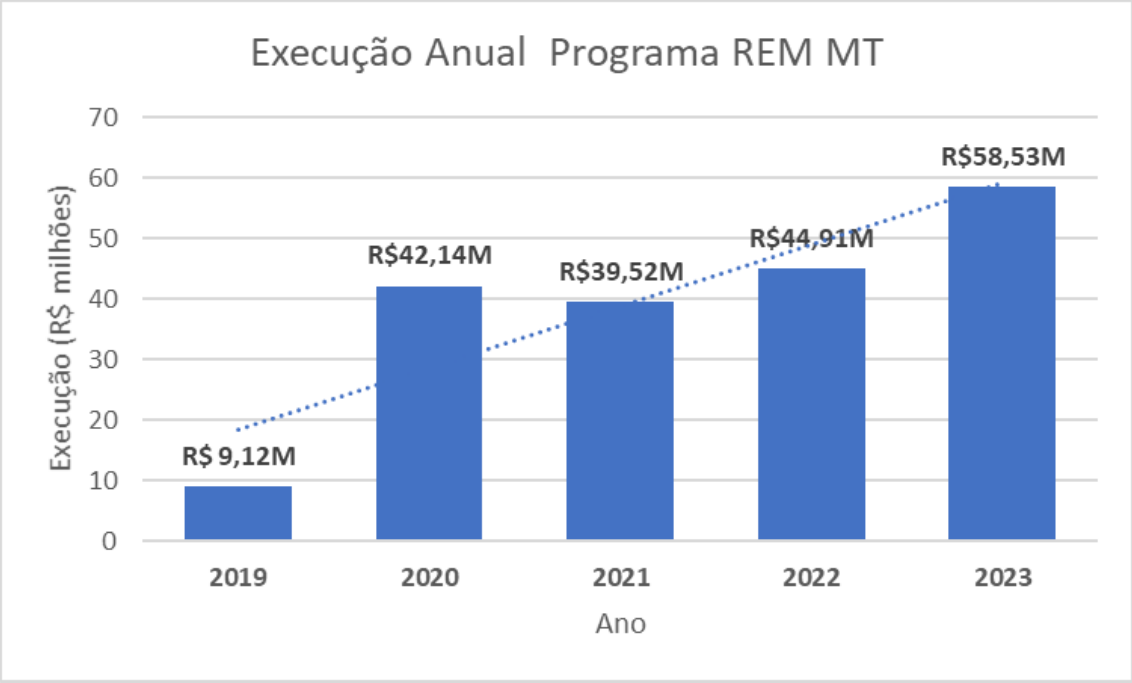


Gráfico 1: Execução Financeira Anual do Programa REM MT (2019 - 2023)

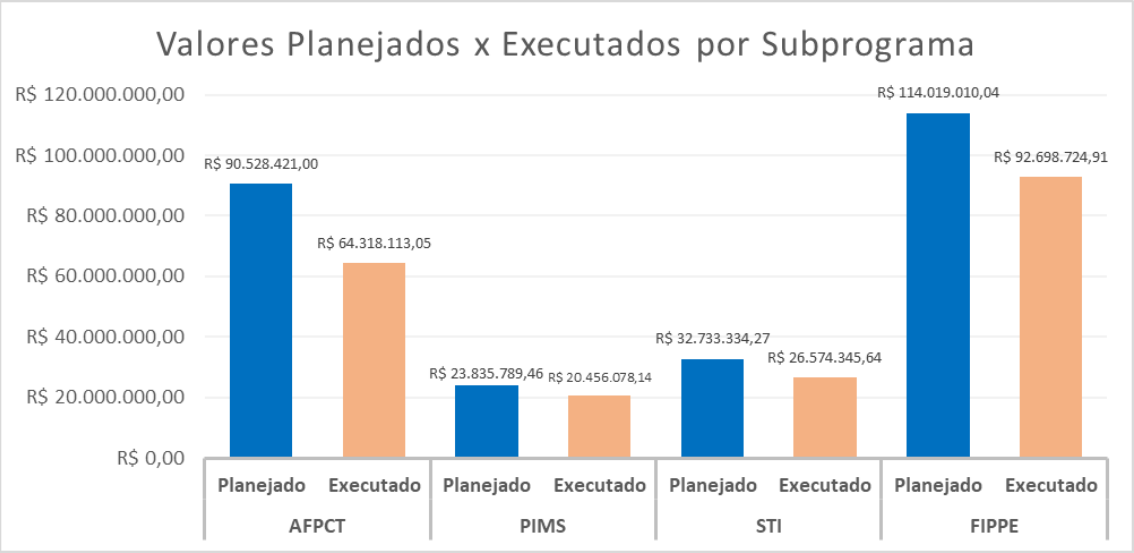
A tabela 1 (abaixo) apresenta os percentuais de execução financeira do Programa REM MT, frente ao valor planejado, considerando como execução financeira os pagamentos e desembolsos já realizados.

A execução financeira marca o estágio final da Fase I, visto que a média dos quatro subprogramas alcança quase 80% dos recursos. É interessante observar que os subprogramas que adotaram a estratégia de concentrar os recursos em Chamadas de Projetos, conseguiram desembolsar uma parcela satisfatória de seus recursos, o que indica a capacidade de monitoramento dos mais de 100 projetos.

Tabela 1: Percentual da execução Financeira dos Subprogramas do Programa REM MT

Subprogramas	Percentual da Execução Financeira
Agricultura Familiar	71%
Território Indígena	81%
Produção Sustentável	86%
Fortalecimento Institucional	81%
Média	**78%**

Gráfico 2: Comparativo entre valores planejados e executados por Subprogramas do Programa REM MT



2. CONTEXTO INSTITUCIONAL

Contexto ambiental

No segundo semestre de 2023 o governo de MT, por meio da SEMA, manteve o esforço para aperfeiçoar as ferramentas e os procedimentos para dar celeridade à regularização ambiental, com o desenvolvimento do SIMCAR Digital e do SIMCAR Assentamento.

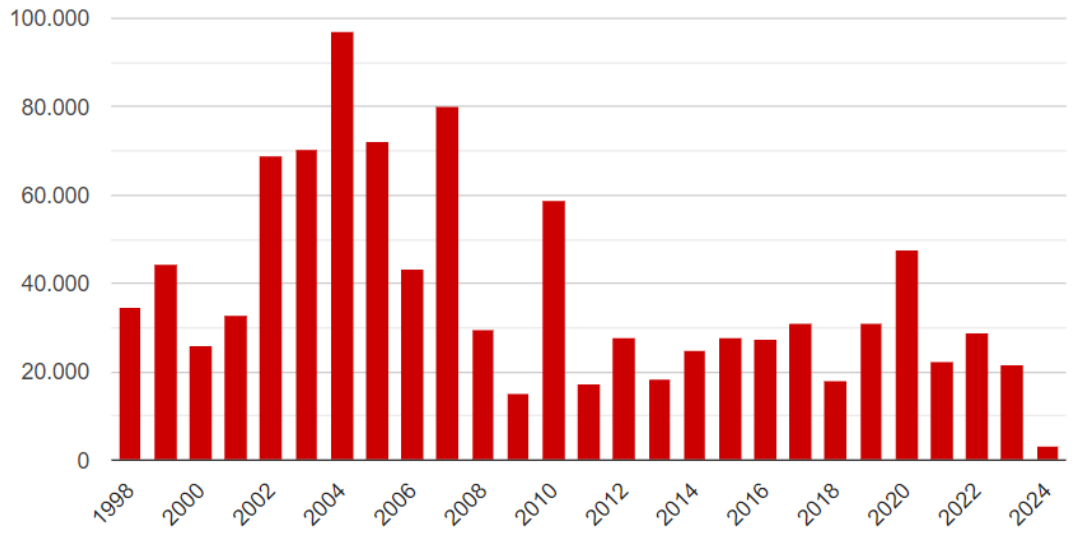
O aumento da eficácia no monitoramento da vegetação nativa e da eficiência na regularização ambiental, impulsionaram a redução da proporção do desmatamento ilegal em relação ao desmatamento legal. O avanço no cadastramento de imóveis rurais, bem como na quantidade de análises realizadas e nas solicitações de desmatamento legal, mostraram que 27% do desmatamento de 2023 em MT foi legalmente autorizado. Fato que reforça a necessidade de fortalecer estratégias que valorizem os produtos e/ou serviços da floresta em pé.

Em relação aos focos de calor, o ano de 2023 teve uma variação negativa de 28,6% em relação à média dos últimos cinco anos de 30.431 focos (Gráfico 3, extraído do site do INPE). O fato pode ser atribuído a políticas públicas estabelecidas no Estado de Mato Grosso no enfrentamento aos incêndios florestais e repressão às queimadas contribuíram para a redução dos focos de calor.

Essas medidas incluíram investimentos em prevenção, monitoramento e combate a incêndios, bem como programas de conscientização, educação ambiental e responsabilização. Distribuição dos focos nos biomas, embora não tenha havido uma alteração abrupta nas proporções dos focos de calor dentro das áreas temáticas, o aumento relativo no bioma Pantanal e a redução nos biomas Cerrado e Amazônico podem ter influenciado na variação total de focos de calor.

Essas mudanças na distribuição podem ser atribuídas a fatores específicos de cada bioma, como mudanças no uso da terra, condições climáticas locais e práticas de manejo. Portanto, a variação negativa nos focos de calor em 2023 pode ser resultado da interação complexa entre fatores climáticos, políticas de prevenção e controle de incêndios, e mudanças na distribuição dos focos entre os diferentes biomas.

Gráfico 3: Série histórica do total de focos ativos detectados pelo satélite de referência, no período de 1998 até 30/Mar. para o estado de Mato Grosso.



Quanto às Políticas de *REDD+* no contexto federal, no segundo semestre de 2023 a CONAREDD+ voltou a reunir-se, com participação ampliada, garantindo a representatividade dos governos estaduais, bem como com a sociedade civil.

A primeira reunião da CONAREDD+, realizada em 05 de outubro de 2023, não foi deliberativa, mas tratou da elegibilidade de projetos privados e as salvaguardas socioambientais, quanto à definição de diretrizes para programas e projetos inseridos em terras públicas, considerando, principalmente, as salvaguardas socioambientais e a autonomia dos povos e comunidades tradicionais; apresentou uma breve estrutura proposta para o sistema nacional de REDD+, integrando iniciativas nacionais, estaduais e projetos aderentes à ENREDD+, ressaltou a a importância de um debate sobre a inclusão de projetos do mercado voluntário na ENREDD+ e que, no mínimo, deve respeitar as regras de salvaguardas definidas pela CONAREDD+. Em 9 de novembro de 2023, a II Reunião Ordinária da Comissão Nacional para REDD+ (CONAREDD+) aprovou a criação de dois grupos de trabalho técnicos (GTTs), um sobre salvaguardas de REDD+ e outro sobre repartição de benefícios.

O Governo Federal, por meio do MMA, continua com dificuldades para dar transparência às transações ocorridas no âmbito do REDD+, uma vez que o sistema InfoHub continuou apresentando problemas operacionais.

No âmbito estadual, o Terceiro Sumário Nacional de Informações de Salvaguardas desdobrou-se em um Resumo Executivo (https://remmt.com.br/images/Resumo_Executivo_Salvaguardas.pdf) e em um Resumo Gráfico (https://remmt.com.br/images/Resumo_Grafico_Salvaguardas.pdf), vislumbrando a simplificação da linguagem e melhor compreensão por todas partes interessadas do Programa REM MT.

Quanto ao Programa Carbono Neutro MT, foram construídos os Termos de Referência que orientam a elaboração do inventário de emissões e remoções (escopo 1, 2 e 3), visando o Plano

de Neutralização das Emissões dos empreendimentos. Após disponibilização dos Termos de Referência e a abertura à adesão voluntária ao Programa, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente expediu 15 selos do Programa Carbono Neutro, nas seguintes categorias:

- Compromissário: Agropecuária Água Viva, INPASA Agroindustrial, duas unidades do Frigorífico Minerva e Usinas Itamarati S/A.
- Apoiador: Ação Verde, Aprosoja, Cipem, Famato, FIEMT, IMAC, Pro Natura, Sindicato das Indústrias Sucroalcooleiras do Estado de MT e União Nacional do Etanol de Milho.
- Financiador: IDH Brazil Sustainable Trade Initiative.

Quanto aos avanços para atendimento dos requerimentos do Padrão TREES xxxxxx, a TNC (The Nature Conservancy), instituição participante do grupo de trabalho criado no Fórum Mato-grossense de Mudanças Climáticas para essa finalidade, elaborou termo de referência para o monitoramento da remoção de carbono relacionada a plantios florestais e processos de regeneração natural. Ainda relacionado aos requerimentos do TREES, no Âmbito do Projeto da Janela B – Destravando e Alavancando o Desenvolvimento de Baixas Emissões, foi contratado o consultor Marcelo Rocha para apoiar o estado, sendo este também o coordenador do FREL Nacional. Nesse sentido, foi tomada a decisão de construir a linha de creditação do estado de Mato Grosso utilizando os dados gerados para o FREL.

3. EXECUÇÃO DOS SUBPROGRAMAS

O segundo semestre do ano de 2023 foi marcado pela execução indireta, totalizando 111 projetos, distribuídas em 107 municípios, fortalecendo cerca de 144 organizações sociais, em ações de assistência técnica e extensão rural, melhoria na produtividade, acesso a tecnologia, apoio à regularização de associações ou cooperativas, estruturação de cadeias de valor e de negócios sustentáveis, melhoria da produtividade, ações de segurança alimentar e promoção da saúde de povos indígenas, abrangendo as chamadas de 2020, bem como as outras três chamadas, da AFPCT (Chamada 12/2022) e TI Chamadas 01 e 02/2022).

Ao todo o Programa REM MT ultrapassou a distribuição de benefícios diretos para mais de 34 mil pessoas, e nessa seção é possível observar os avanços da execução de cada subprograma por meio dos dados recebidos no processo de monitoramento, com foco nos indicadores de impacto.

É possível também observar os avanços nas estruturas governamentais a partir do fortalecimento das políticas públicas, por meio do Subprograma D - Fortalecimento Institucional e Políticas Públicas Estruturantes.

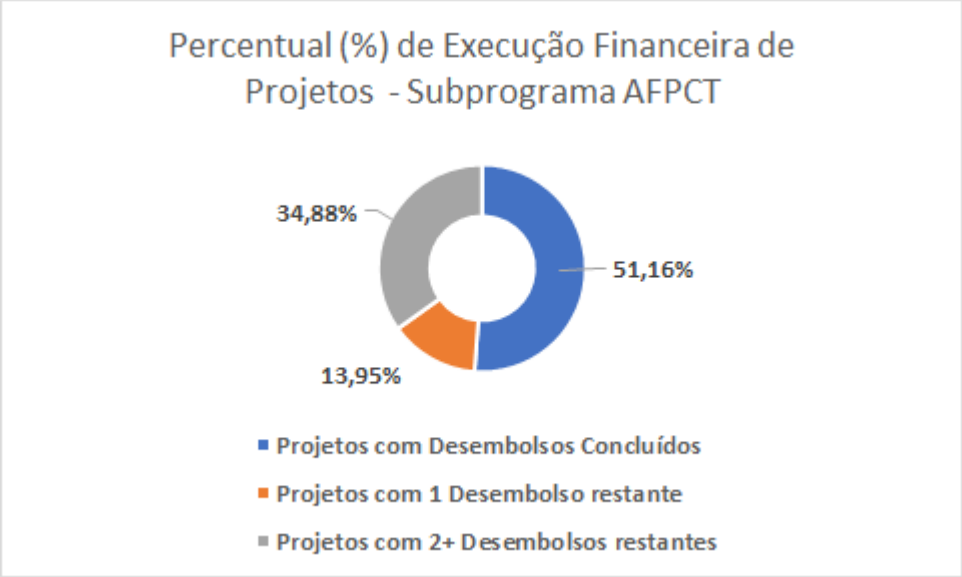

Agricultura Familiar
e de Povos e
Comunidades
Tradicionais

3.1 Subprograma 1 – Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais

Perseguindo o objetivo geral deste componente, as ações desse Subprograma foram realizadas prioritariamente por meio das Chamadas 03/2020, que apoiou 22 projetos, e a 12/2022 que investiu em 21 projetos específicos de cadeias de valor. Juntas, alcançaram cerca de R$72,7 milhões em investimentos, repassados a organizações não governamentais, sendo 69% para associações ou cooperativas.

O ano de 2023 finaliza com o total de R$51.906.879,49 em recursos executados por meio de repasses. Sendo que sete dos projetos finalizaram suas atividades em campo, sendo as organizações responsáveis: ADERJUR, CEDAC (03.2020); CONECXUS, IOV, ACCPAJ, UNISELVA (Gaia) e Kuradomodo (Gráfico 4).

Gráfico 4: Número de projetos distribuídos por quantidade de desembolsos a ocorrer.



Além do repasse de recursos, outro mecanismo utilizado foi ofertar assistência técnica a 2.717 famílias em 33 municípios por meio da EMPAER, com objetivo de melhorar a capacidade produtiva das áreas abertas, sendo elas da agricultura ou da pecuária leiteira. Essa ação foi encerrada em 2022, mas os dados ainda estão sendo processados.

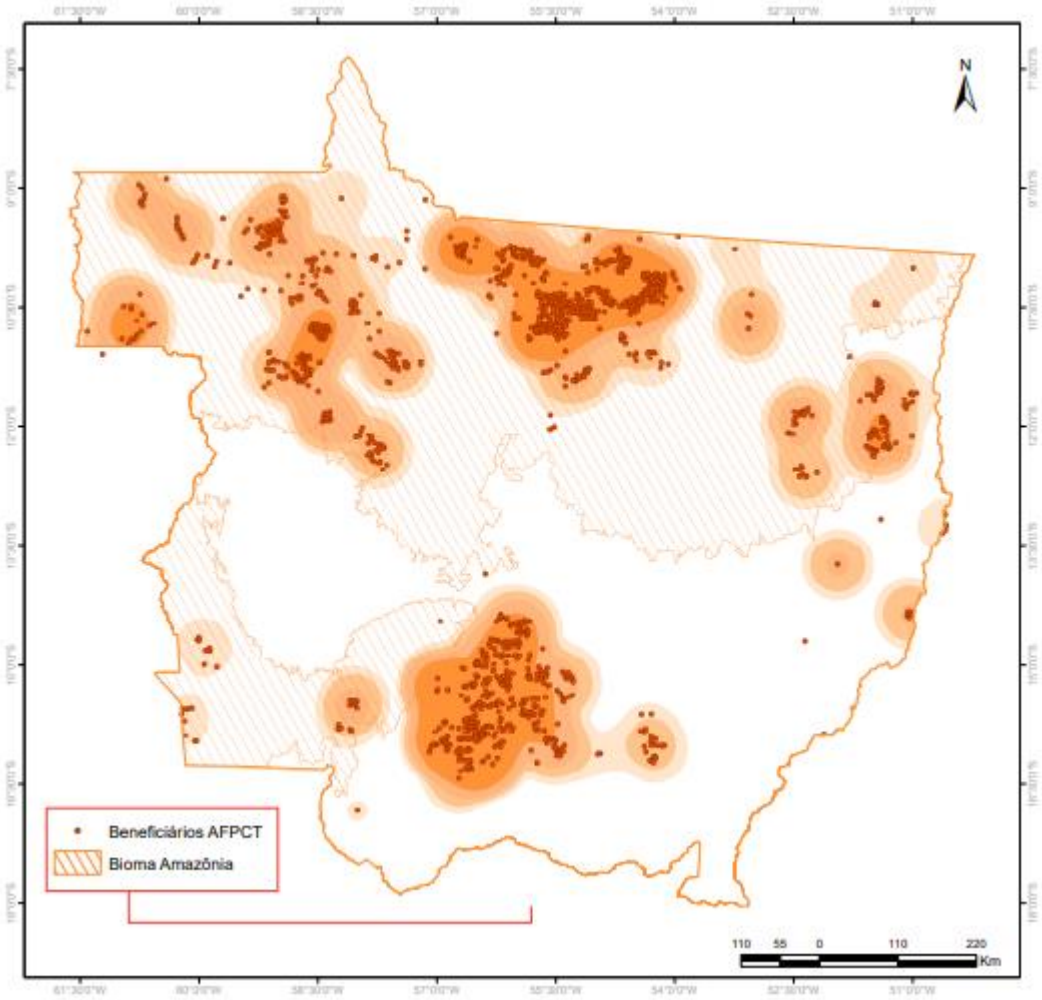


Figura 1: Atuação do Subprograma Agricultura Familiar, Povos e Comunidades Tradicionais em MT.

A velocidade física-financeira do Subprograma AFPCT está ilustrada na Figura 02, onde no presente momento 21% das atividades foram reportadas a execução no sistema em relação ao planejado.

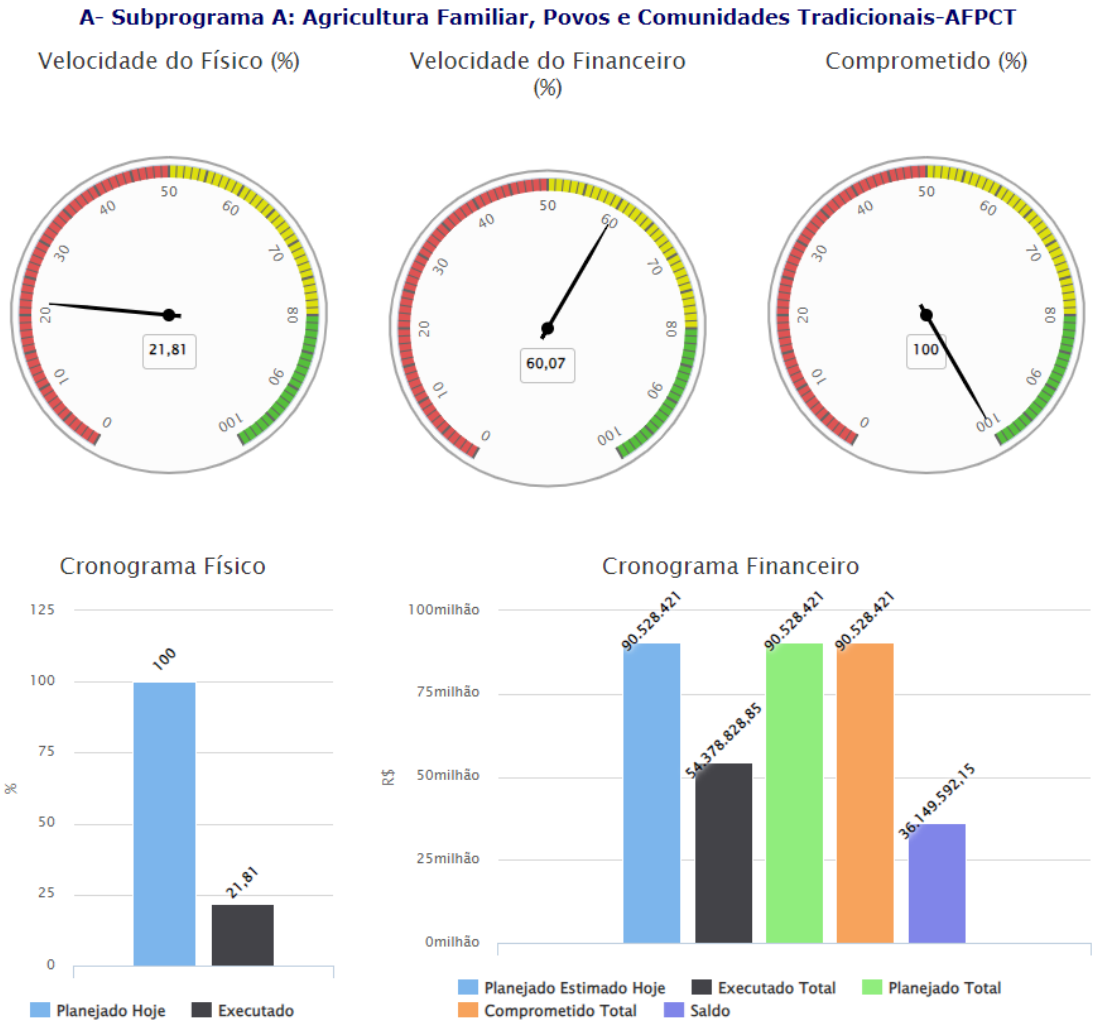


Figura 2: Acompanhamento físico-financeiro do Subprograma AFPCT

3.1.1. Extrativismo de produtos florestais não madeireiros - PFNM

Os resultados desse eixo são oriundos de 25 projetos contratados na Chamada 03/2020 e 12/2022, sendo 5 com atuação majoritária nas cadeias produtivas de PFNM e outros 6 que trabalham alguma cadeia produtiva do extrativismo de produtos florestais de forma indireta dentro do projeto, mas sempre com objetivo principal de incentivar a estruturação das cadeias dos produtos florestais não madeireiros, desde o estabelecimento de áreas de manejo até a comercialização.

Sobre a cadeia de valor da Castanha da Amazônia se destaca por suas contribuições significativas ao desenvolvimento sustentável e à conservação ambiental na região Noroeste de Mato Grosso. Os projetos apoiados, como o "Sentinelas da Floresta" da ADERJUR, "Cutiando - Castanha e Sustentabilidade" da ACCPAJ, e "Man Gap" da APIZ, evidenciam a ênfase na valorização da floresta em pé e o envolvimento direto das comunidades indígenas, agricultores familiares e mulheres na estruturação das cadeias produtivas de valor.

O projeto concluído "Sentinelas da Floresta" alcançou um fortalecimento institucional notável da ADERJUR e suas associações parceiras, promovendo o fortalecimento das cadeias de valor da Castanha da Amazônia e do Babaçu e incentivando práticas agrícolas sustentáveis. Essas iniciativas resultaram na melhoria da infraestrutura de coleta, beneficiamento e comercialização.

O projeto concluído "Cutiando" da ACCPAJ na Chamada 03.2020 mostrou progresso significativo na capacitação de extrativistas e na aquisição de equipamentos essenciais para o processamento da castanha, ampliando a capacidade de geração de renda local.
O projeto "Man Gap" da APIZ, ainda em implementação, foca no fortalecimento da cadeia de valor da Castanha da Amazônia nas terras indígenas zoró, promovendo a instalação e melhoria da infraestrutura para o transporte, armazenamento, beneficiamento e comercialização da castanha. As ações incluíram a contratação de técnicos, realização de oficinas de capacitação e a aquisição de veículos e equipamentos.

Contudo, também enfrentamos desafios, como no caso do plano de gestão da COOPAVAM, que iniciou a implementação com evidências constatadas, pela consultoria (Devallor) e reuniões com a coordenação do projeto, de descumprimento contratual relativo aos tratos de governança com os indígenas e dificuldades de execução, ressaltando a importância de uma gestão eficaz e do cumprimento das salvaguardas ambientais e sociais.

3.1.2. Extrativismo de sementes florestais

Somando as duas chamadas foram apoiados cinco projetos voltados para a produção de sementes florestais, destacam-se iniciativas voltadas ao fortalecimento da diversidade socioambiental e à promoção de práticas sustentáveis na região Xingu-Araguaia. Os projetos apoiados pelo REM, executados por organizações como a ARSX e o ISA, e em andamento pela COOPERGUARITA, refletem um compromisso robusto com a conservação ambiental, o fortalecimento comunitário e a restauração ecológica.

O projeto da ARSX visa contribuir significativamente para o fortalecimento da produção comunitária de sementes e fomentar práticas de manejo agroecológicas. As ações implementadas buscaram compreender e valorizar a organização dos grupos coletores, estimulando a cultura da restauração ecológica e engajando escolas na mudança da paisagem por meio da educação ambiental. Destaca-se a construção da Casa de Sementes de Porto Alegre do Norte, que não só melhora a logística de armazenamento das sementes, mas também se tornará um marco local para o desenvolvimento de ações pedagógicas comunitárias. Este projeto atingiu cerca de 150 beneficiários diretos e 600 indiretos, implantando áreas demonstrativas de restauração e promovendo a semeadura direta junto às comunidades. Podemos ver os relatos nos vídeos produzidos sobre o projeto: https://www.youtube.com/playlist?list=PLh3zlhFa9QMkGS6dhbJ5J8fakIuVEyW9S

Por sua vez, o projeto do ISA focou na restauração ecológica de áreas de preservação permanente e de reserva legal, além de fortalecer práticas agropecuárias sustentáveis. Foi realizado um estudo para identificar áreas prioritárias para a restauração, levando à implantação de 12 áreas de restauração ecológica, totalizando 5,6 ha. Além disso, foram recuperados 21,6 ha de pastagens degradadas e implantados 30 quintais produtivos, beneficiando diretamente 45 famílias. Estas ações não só promoveram a restauração ecológica, mas também contribuíram para a segurança alimentar e a geração de renda das comunidades envolvidas.

Em estágio inicial, o projeto da COOPERGUARITA busca aumentar a visibilidade das ações da Rede de Sementes valorizando o papel das mulheres na cadeia de valor de sementes florestais e envolvendo os jovens. Embora os resultados parciais ainda estejam sendo consolidados, o objetivo é fortalecer a transparência na comercialização das sementes e buscar novos parceiros estratégicos para apoiar a cadeia de produção.

3.1.3. Fruticultura, palmito e apicultura

O eixo tem apoiado 28 projetos com algum tipo de ação de desenvolvimento de cultivos perenes, fruticultura ou meliponicultura, dos quais 12 estão majoritariamente focados nos desenvolvimentos destas cadeias de valor. O conjunto de projetos apoiados pelo Subprograma AFPCT já somam aproximadamente 1.349 famílias em e 769 subprojetos de cultivos perenes, quintais ou sistemas agroflorestais. Quanto às tecnologias de baixo carbono, os projetos já acumularam 24 tipos de tecnologias sendo trabalhadas. Essas tecnologias refletem um movimento em direção a sistemas de produção mais sustentáveis, que não apenas reduzem as emissões de carbono mas também promovem a recuperação de ecossistemas degradados e a conservação da biodiversidade.

Destacam-se projetos inovadores que promovem a transição para práticas agroecológicas e fortalecem a agricultura familiar no norte de Mato Grosso. O projeto GAIA, já finalizado, por exemplo, implementou Sistemas Agroflorestais Agroecológicos em 10 Unidades de Aprendizagem e uma Unidade de Referência Tecnológica na UFMT, focando na produção diversificada e sustentável de alimentos. Além disso, promoveu a meliponicultura e a gestão agroecológica, capacitando a comunidade e fortalecendo a comercialização de produtos orgânicos. Por outro lado, o projeto, já finalizado, KURADOMO buscou apoiar o desenvolvimento sustentável e a autonomia do povo A'uwe Uptabi, implementando práticas agroflorestais que respeitam a biodiversidade e os conhecimentos tradicionais, evidenciando a importância do diálogo intercultural e da conservação ambiental.

Entretanto, desafios relacionados à gestão e execução foram encontrados neste período, como no projeto da AGRIPAC e da FAEPEN. Ambos encontram-se parados devido a uma série de pendências. O projeto da AGRIPAC, com 56% de execução, enfrenta desafios como a necessidade de atender medidas condicionantes impostas após descumprimento às normas de execução, incluindo a elaboração de um Boletim de Ocorrência, substituição de coordenadores, aprovação de prestação de contas e relatórios, e a elaboração de ações futuras com apoio consultivo. Da mesma forma, o projeto da FAEPEN, com 75% de execução concluída, enfrenta pendências relacionadas à venda de equipamento e uso de recursos sem a devida autorização,

destinação inadequada de materiais, uso de rendimentos financeiros sem aprovação explícita e produção de materiais de comunicação fora das diretrizes estabelecidas pelo FUNBIO e pelo Programa REM-MT. Esperamos que no ano de 2024 as pendências sejam de fato resolvidas para finalização das atividades dos projetos.

3.1.4. Desenvolvimento organizacional, produtivo e comercial da AF e PCT.

Na estratégia do eixo, tivemos 17 projetos com apoio que buscam estabelecer relação entre os processos de produção primária até a comercialização final. Os projetos apoiados trabalharam aprimoramentos junto às 75 organizações de base formalizadas e alcançaram avanços acumulados significativos, destacando-se pela ênfase no aprimoramento da logística e infraestrutura de processamento. A criação de entrepostos para armazenamento e a implementação de melhorias como a "Casa de Farinha móvel" são exemplos de como o programa contribuiu para otimizar o manejo pós-colheita, reduzir perdas e aumentar a competitividade dos produtos no mercado. Essas ações, juntamente com a capacitação em arranjos produtivos e parcerias estratégicas para o beneficiamento sustentável, elevaram a qualidade e a eficiência produtiva, garantindo conformidade legal e gestão ambiental aprimorada.

Além disso, esforços em retomar e expandir processos comerciais, complementados por estratégias de marketing inovadoras, como o uso de redes sociais e propaganda em rádio, ampliaram o alcance dos produtos e reforçaram a presença de mercado das organizações. A compra de equipamentos para padronização das operações de venda e a elaboração de planos de marketing destacam a busca por práticas mais profissionais. Administrativamente, a assistência contínua e a capacitação em gestão cooperativa fortaleceram as competências dos membros, promovendo uma administração eficaz. Simultaneamente, a capacitação focada nas famílias quilombolas e a manutenção de equipes enxutas sublinham o investimento no desenvolvimento humano como chave para a sustentabilidade e sucesso das iniciativas, refletindo o progresso tangível nas operações e a capacidade produtiva, bem como o fortalecimento de uma economia local inclusiva, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida nas comunidades envolvidas.

Neste período do relatório conseguimos contratar e iniciar os trabalhos juntos as organizações apoiadas pela Chamada 12/2022 com os serviços de consultoria da Devallor. Essa consultoria apoia e monitora constantemente a execução dos Planos de Gestão contratados e subsidia a coordenação do programa REM para intervenções e aprimoramento das estratégias. Dentre os avanços de desenvolvimento gerados nestas organizações de base destacamos os passos iniciados com implementação dos Planos de Gestão, como: aumento no engajamento, maior entendimento do mercado, aprimoramento de comunicação interna, aumento na visibilização das mulheres, percepção de necessidade de ter identidade visual, organização de documentos, gestão financeira, aprendizados sobre gestão de projetos e entendimento dos processos de execução de projetos.

3.1.5. Pecuária Leiteira

O subprograma AFPCT tem incentivado a evolução da pecuária leiteira em Mato Grosso, implementando práticas inovadoras de manejo e recuperando áreas degradadas para uma produção mais sustentável. Em 2023, destacamos a recuperação acumulada de 109 hectares de pastagens e 51 hectares de áreas de preservação permanente, e o início de implantação de 80 hectares de capineiras, além de melhorias genéticas e de manejo em apoio a COMOV, Earth Innovation e a COOPERPRATA. O projeto COMOV, com foco no aumento da produção leiteira, beneficiou 80 propriedades através de assistência técnica, distribuição de insumos para o solo, e apoio à inseminação artificial, incentivando a sustentabilidade e a eficiência na produção. Já a COOPERPRATA, com seu esforço para aumentar a qualidade e a rentabilidade do leite, realizou capacitações de seus membros em gestão e tecnologias sustentáveis, porém, ainda teve muitos problemas para a montagem de um posto de resfriamento, uma das ações decisivas para o fortalecimento da cadeia produtiva do leite local. Além disso, a aprovação da Lei N°2.757/2023 município de Brasnorte, autorizando a doação de um bem imóvel para a COOPERPRATA, marca um avanço legislativo significativo, pavimentando o caminho para a construção do posto de resfriamento e conclusão do projeto até julho de 2024.

3.1.6. Assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar e povos e comunidades tradicionais

A atividade protagonizada pela EMPAER, conforme planejado, foi encerrada em dezembro de 2022. E até a finalização do período deste relatório, os dados e os relatórios ajustados das atividades executadas não haviam sido encaminhados tal como pactuado na oficina de atualização do Plano de Trabalho, ocorrida em novembro de 2021.

O SAGAE, ainda que em operação, não teve a finalização do desenvolvimento de seu módulo específico para a geração de relatórios de forma automática, dificultando o acesso às informações dos planos produtivos. A previsão é da finalização em abril/2024.


TERRITÓRIOS INDIGENAS

3.2 Subprograma 2 – Territórios Indígenas

Este subprograma tem suas ações organizadas em três eixos principais, sendo eles: o fortalecimento institucional, a governança e projetos dos povos indígenas. Essa distribuição está refletida nos registros a seguir, uma vez que a execução em cada um dos temas é realizada tanto por meios diretos quanto indiretos, sendo o maior volume de recursos executado por meio de repasse às organizações sociais.

Entre julho e dezembro de 2023 houve a continuidade da execução dos 76 projetos contratados pelo Plano Emergencial de combate ao COVID-19, por meio de 05 organizações aglutinadoras, sendo elas: Associação Terra Indígena Xingu - ATIX; Instituto Centro de Vida - ICV; Instituto Kuradomodo Cultura Sustentável; Instituto Raoni e The Nature Conservancy do Brasil - TNC. O valor total do Plano Emergencial é de R$9.239.295,84, e ao final do período 100% havia sido desembolsado, e 93% (R$9.133.064,78) prestado contas.

Adicionalmente, foram realizadas as Chamadas 01 e 02/2022, que viabilizaram, inicialmente, a seleção de 23 projetos, sete estruturantes e 16 locais, totalizando R$10.166.000,00. Posteriormente, mais 04 projetos locais foram contratados, com o montante R$1.200.000,00 oriundos dos recursos não utilizados pela FEPOIMT e pactuado com a mesma, totalizando assim 27 projetos contratados. As ações são voltadas para segurança alimentar, empoderamento feminino, geração de renda e comercialização, prevenção e combate a incêndios florestais, gestão territorial e ambiental, proteção dos territórios, geração de energia renovável, fortalecimento sociocultural e infraestrutura.

Somados ao plano emergencial foram investidos R$22.656.080,18 diretamente nas comunidades indígenas, e até então, aproximadamente 90% (R$20.656.0003) do total já foram desembolsados às organizações que alcançaram até o momento beneficiários diretos, distribuídos em 68 Terras Indígenas de MT. Uma informação importante quando se trabalha com as terras indígenas, é que as mesmas não obedecem a limites territoriais municipais ou estaduais. Ou seja, a mesma terra indígena pode estar em mais de um município ou estado.

A velocidade física-financeira do Subprograma T.I está ilustrada na Figura 04, onde no presente momento 64,79% das atividades foram executadas em relação ao planejado. Esse percentual é ainda maior, mas ainda se faz necessário uma atualização do GPWeb registrando as novas ocorrências de execução.

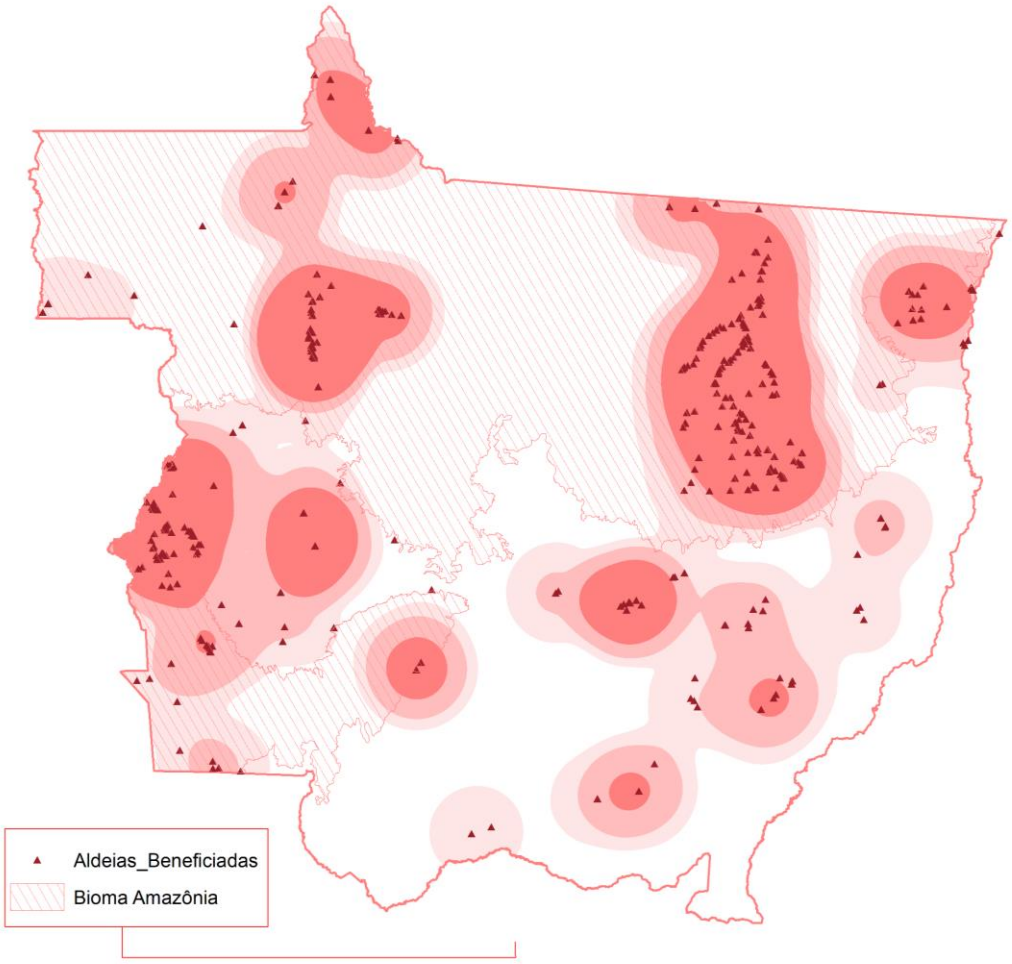


Figura 3: Atuação do Subprograma Subprograma de Territórios Indígenas em MT.

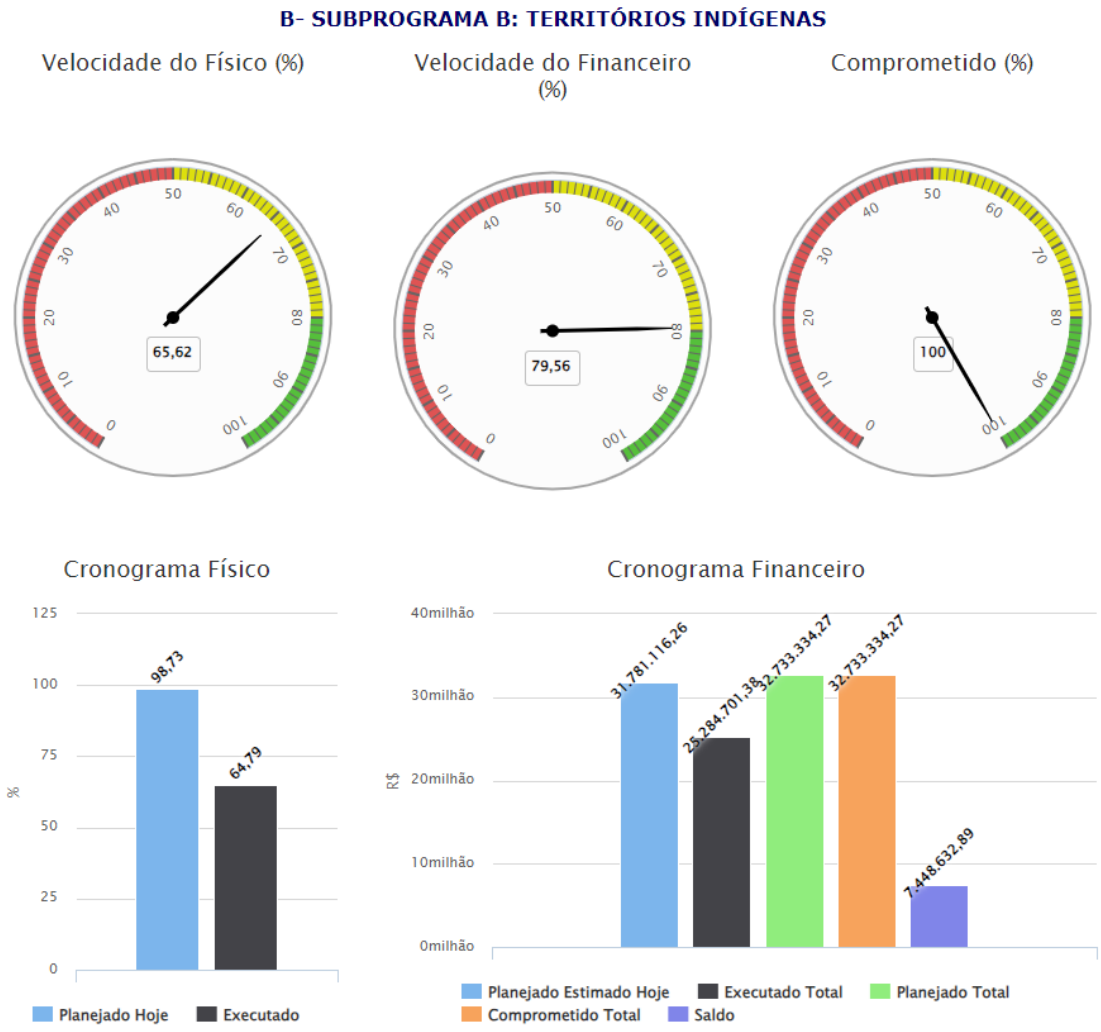


Figura 4: Acompanhamento físico-financeiro do Subprograma de Territórios Indígenas

3.2.1. Fortalecimento Institucional

Voltado para o fortalecimento institucional das organizações sociais, as ações deste eixo ocorreram por meio de contratos de serviços e consultorias para atender as demandas da base identificadas nas discussões da governança, além do apoio à estruturação da FEPOIMT.

Referente ao fortalecimento da FEPOIMT, ocorreu por meio de dois projetos até meados de 2022, e desde então, na expectativa da apresentação do novo projeto, os investimentos foram realizados sob demanda.

Os projetos foram executados entre 2019 e o primeiro trimestre de 2022, alcançando R$2.654.456,00, destinados basicamente ao pagamento dos consultores indígenas (direção e membros da FEPOIMT) e realização da Assembleia Geral dos Povos Indígenas de MT.

No período do relatório, os principais investimentos foram para a realização da Assembleia Geral dos Povos Indígenas de MT, e o custeio de membros da governança em eventos de relevância nacional, como a Marcha das Margaridas, e internacionalmente, como a reunião preparatória da COP (Caucus Indígena) e na COP28 propriamente, além de apoio com diárias a lideranças indígenas solicitadas pela FEPOIMT.

É muito relevante destacar que a definição do percentual dos recursos destinados a FEPOIMT aconteceu em ambiente oficial da 3° reunião da governança indígena, quando foi estabelecido 30% de todo recurso do subprograma para esta finalidade.

3.2.2 Consultorias e Capacitações

As consultorias e capacitações realizadas no período, integram a ideia norteadora de todo o Subprograma, do empoderamento participativo e qualificado desses povos. Nesse sentido, foram realizadas as seguintes capacitações no semestre:

Oficina de Elaboração e Gestão de Projetos, que totalizou 120hs aulas distribuídas em 3 módulos presenciais e acompanhamento intermódulos. O público beneficiário foi 30 representantes indígenas, oriundos das 7 regionais, que tiveram a oportunidade não apenas de elaborar o projeto, como entender sua gestão e também seus mecanismos de financiamento. Ao final, cada participante elaborou, no mínimo, um projeto, sendo que alguns desses foram apresentados, por seus responsáveis, às agências de financiamento, a exemplo da Fundação Casa, CESE e, etc., conseguindo ser aprovados. Está sendo preparado uma publicação, construída participativamente com os participantes da oficina.

Oficina de orientações técnicas e assessoria na regularização fiscal, jurídica e contábil das organizações indígenas de base (Associações), que totalizou 24hs, tendo como público beneficiário 26 representantes das associações indígenas de base. A oficina teve por objetivo o fortalecimento das associações indígenas. Os participantes foram incentivados a adquirir e aprimorar competências em áreas chave como gestão organizacional, associativismo, regularização econômica e jurídica e prestação de contas. Antecedendo ao trabalho da oficina essa consultoria, fez o levantamento das organizações indígenas de base existente levantando também o status de adimplência de cada uma. Foram levantadas 135 associações. Está sendo preparado a publicação de uma cartilha com os conteúdos trabalhados em oficina.

Capacitação em Comunicação e Mídias Sociais para Mulheres, que totalizou 48hs, dividido em 2 módulos de 24hs cada. A oficina contou com a participação de 30 mulheres indígenas, tendo por objetivo potencializar a apropriação e utilização da comunicação e das mídias sociais, aliadas à construção de narrativas sob a perspectiva das mulheres indígenas. Está sendo produzida uma cartilha dos conteúdos trabalhados em oficina.

Oficina de Construção de Protocolos de Consultas, Livres, Prévias e Informadas – CLPI. Para esse trabalho, a consultoria realizou um diagnóstico dos impactos de empreendimentos nas Terras Indígenas do Estado do Mato Grosso, a partir de levantamento de dados secundários, fez entrevistas com representantes indígenas e viagem a campo em duas TIs (Jarudore e Arara do

Rio Branco). A oficina foi o último momento desta consultoria e contou com a participação de 29 representantes indígenas e totalizou 16hs aula. O objetivo da mesma foi o discutir a importância para os povos da elaboração dos Protocolos de consultas, livres, prévias e informada, promovendo o entendimento desse instrumento, sua elaboração e utilização.

3.2.3. Governança

O período foi marcado por uma reunião de governança presencial, que teve por objetivo promover a revisão do Regimento Interno e informar a seus representantes, o andamento das ações do Subprograma Territórios Indígenas-STI, como também apresentar os projetos do Subprograma de Agricultura Familiar Povos e Comunidades Tradicionais-AFPCT que atuam com povos indígenas.

A reunião contou com a participação online de instituições convidadas, (Unemat, UFMT, Opan, TNC, ICV e GIZ) para uma apresentação dos resultados do trabalho de Consultoria que trabalhou a arquitetura para a formação de Agentes Agroflorestais Indígenas, processo ainda em construção.

Outro aspecto importante e de destaque, foi a apresentação das funcionalidades do sistema de alertas semanais de desmatamento que se encontra disponível na SEMA, gerando uma primeira capacitação dos representantes e a discussão para elaboração de um protocolo operacional, para os indígenas capacitados no sistema, dos ilícitos verificados em Território Indígena.

Foram também pontuados alguns desafios, surgidos tanto da apresentação das ações do Subprograma quanto no decorrer do semestre, que visam orientar sua melhoria e fortalecimento para uma atuação mais efetiva da governança no REM fase 2. Dentre os desafios destacamos: a) ampliação da representatividade dos povos nas tomadas de decisões; b) ampliação da participação das organizações de base; c) funcionamento mais regionalizado, priorizando a participação de instâncias regionais representativas, capilarizando as deliberações de governança e propagando assim, as ações e resultados do programa; d) constituição de uma estratégia mais dinâmica e eficaz de comunicação nas bases e; e) proposição de formatos de reuniões que qualifiquem e capacitem a participação dos representantes indígenas.

3.2.4 Projetos dos Povos Indígenas

Plano Emergencial de combate ao Covid-19

Durante o período, os projetos realizados nas 7 regionais, por 04 instituições aglutinadoras, foram concluídos, tendo apenas uma ressalva para a entrega do relatório ainda pendente da regional Xingu. A instituição responsável pelas ações formativas dos incêndios florestais, Instituto Kuradomodo, concluiu tanto o seu trabalho técnico quanto o financeiro junto ao Funbio.

Os relatórios encaminhados pelas organizações aglutinadoras demonstram que dos 75 projetos executados no Plano Emergencial, incluídos aí o Projeto de Brigada do Instituto Kuradomodo, foram beneficiada 24.689 pessoas, não estando incluso nesta soma os dados da população

Xavante, que aparecem como dado total da população que somam 18.837 pessoas. Dos dados apresentados, sem os Xavante, temos uma maioria de beneficiários homens adultos que totalizam 8.828 pessoas, para 6.873 mulheres adultas. A correlação entre homens e mulheres beneficiadas no Plano emergencial, só varia para maior quando a categoria de idade muda, mulheres anciãs com 790 pessoas enquanto que homens anciãos totalizam 622. Em relação aos dados apresentados concernentes a jovens temos 3.897 homens para 3.679 mulheres.

Do total de 78 Terras Indígenas no estado, o Plano Emergencial alcançou 63 desenvolvendo ações em 388 aldeias, totalizando a participação de 40 povos indígenas.

As ações de segurança alimentar estiveram presentes em todos os projetos do Plano Emergencial, exceto o de Brigadas, somando 75 iniciativas, com ações de implantação e/ou reforma de roças comunitárias, pomares e instalação de estruturas para criação de animais.

As ações relacionadas à saúde foram finalizadas no segundo semestre de 2021 e foram concentradas na distribuição de medicamentos, fortalecimento da saúde tradicional, como construção de espaços tradicionais para atenção à saúde (construção da casa do pajé) além do fornecimento de insumos de proteção individual.

3.2.5 Projetos estruturantes e locais

Os 27 Projetos que tiveram origem nas chamadas 01 e 02/2022 (Estruturantes e Locais) com início no 1º semestre de 2023, demonstram uma boa execução técnica na implementação de suas atividades, no período. A situação atual desses projetos se configura da seguinte maneira: 18 projetos se encontram em encerramento, o que significa dizer que já executaram todas as atividades, gastaram os recursos financeiros previstos e se encontram finalizando ajustes de relatórios e prestação de contas; 07 projetos encontram-se na execução do último desembolso; 02 projetos, que iniciaram um pouco mais tarde, estão executando ainda o primeiro desembolso e; 10 projetos solicitaram aditivos de prazo, sendo que 03 estão ainda executando o último desembolso. O prazo para execução de todos os projetos é o mês de maio de 2024.

Os projetos realizados nos territórios indígenas apresentam um caráter muito diverso, que vão desde o fomento à geração de renda - através da apicultura, artesanato, agricultura, dentre outros - até o fortalecimento de rituais culturais, dos cantos e das danças. Na tabela abaixo, pode-se encontrar com detalhes a quantidade de projetos realizados em cada regional, seus beneficiários e principais ações executadas.

Vale ainda destacar, que o Projeto Estruturante do Instituto I9Sol, mesmo sendo uma propositura da Regional Cerrado-Pantanal, contemplou para além desta, outras duas Regionais: Xingu e Xavante, sendo portanto contabilizado como Projeto Estruturante nas três regionais.

Tabela 2: Status das ações dos projetos por Regionais

Regional[1]	Tipo do apoio	Povos beneficiados	Número de projetos	Status	Principais Ações
Noroeste	Plano Emergencial	Arara, Myky, Rikbaktsa, Cinta Larga, Suruí, Munduruku, Enawenê-Nawê, Apiaká, Kayabi, Manoki e Zoró	14 projetos, dos quais, 04 com repasse para execução por associações indígenas	Finalizado	Entrega de veículos e embarcações; Construção de galinheiros; Implantação de roças; Reforma de sede da associação
	Projetos Estruturantes	Rikbaktsa, Apiaká, Kawaiwete e Munduruku	02 Projetos Estruturantes	2 Em andamento	Fornecimento de insumos e assessoria técnica para manejo das cadeias produtivas dos produtos florestais não madeireiros; Fomento à produção artesanal e de plantas medicinais por mulheres; Realização de formações em armazenamento da castanha, uso de drones e GPS; Melhora da infraestrutura de coleta, transporte e armazenamento da castanha da Amazônia;
	Projetos Locais	Rikbaktsa, Paiter Suruí, Enawene Nawe, Apiaká, Kawaiwete, Munduruku e Apiaká	05 Projetos Locais	2 Finalizados 3 Em andamento	Fomento à produção artesanal e de plantas medicinais; Elaboração de Plano de Vigilância Territorial; Planejamento e execução de ação de monitoramento territorial e ambiental; Apoio ao sistema de coleta, armazenamento e comercialização de castanha do Brasil;

[1] Os dados de pessoas beneficiadas pelas regionais: Cerrado e Pantanal, Vale do Guaporé e Noroeste, estão ainda sendo sistematizados, em decorrência da instituição aglutinadora (ICV), inicialmente, ter feito projeções com nº de famílias e não pessoas.

Regional[1]	Tipo do apoio	Povos beneficiados	Número de projetos	Status	Principais Ações
Cerrado Pantanal	Plano Emergencial	Guató, Bakairi, Bororo, Nambikwara, Paresi e Umutina	08 projetos (ICV), dos quais, 02 com repasse para execução por associações indígenas 01 projeto Brigadas Indígenas (Kuradomodo)	Finalizado	Beneficiamento da produção de alimentos e plantas medicinais; Construção de galinheiros; Entrega de embarcação, motor e caminhonete; Reforma de centro multiuso e construção de cozinha comunitária; Fomento à produção alevina; Capacitação de Brigadistas Indígenas para a Prevenção e Controle de Queimadas (03 projetos de capacitação sem execução direta);
	Projetos Estruturantes	Bakairi, Guató	1 Projeto Estruturante	Em andamento	Capacitação de indígenas para a produção, manutenção e implementação de geradores de energia solar; Criação de núcleo físico de capacitação e produção continuada de energia solar Unidade Escola-Oficina FSS;
	Projetos Locais	Umutina, Bakairi, Nambikwara	3 Projetos Locais	2 Finalizados 1 Em andamento	Ampliação do sistema de abastecimento de água potável; Fomento à produção alimentícia e artesanal para a execução do Ritual da Menina Moça; Implantação de roças;
Vale do Guaporé	Plano Emergencial	2 Povos: Chiquitano e Nambikwara	Total: 09 projetos, dos quais, 04 com repasse para execução por associações indígenas.	Finalizado	Reforma de casa multiuso; Construção de galinheiro; Suporte à associação local; Implantação de roça comunitária; Beneficiamento do processo produtivo do

Regional[1]	Tipo do apoio	Povos beneficiados	Número de projetos	Status	Principais Ações
					milho e outras culturas.
	Projetos Estruturantes	Chiquitano e Nambikwara	1 Projeto Estruturante	Em andamento	Implantação de SAF´s; Manutenção de rede de abastecimento de água; Construção de centros culturais e cozinhas comunitárias;
Norte/Kayapó	Plano Emergencial	Kayapó, Terena, Yudjá, Apiaká, Munduruku, Kawaiweté-Kayabi, Trumai, Tapayuna e Panará.	09 projetos, sendo 04 com repasse para execução por associações indígenas.	Finalizado	Construção de casa do Pajé; Construção de galinheiros; Implantação e Manejo de Roças e Sistemas Agroflorestais; Entrega de cestas básicas, equipamentos e medicamentos para o combate à COVID-19.
	Projetos Estruturantes	Mekranogtire - Kayapó, Metukire - Kaypó, Tapayuna, Trumai, Yudja	01 Projeto Estruturante	Em andamento	Instalação de pontos de internet para fortalecer a comunicação das aldeias; Fomento à gestão do lixo; Realização da primeira assembleia de mulheres; Fortalecimento do conhecimento e produção apicultora;
	Projetos Locais	Apiaká, Munduruku	01 Projeto Local	Finalizado	Instalação de energia solar e capacitação de jovens em energia fotovoltaica; Orientação em educação ambiental e energia limpa nas aldeias;
	Plano Emergencial	01 Povo: Xavante	13 projetos (TNC) executados em macro regionais Xavante,	Finalizado	Seminário para a sensibilização sobre temas e diretrizes necessários à construção da Visão de Futuro Xavante;

Regional[1]	Tipo do apoio	Povos beneficiados	Número de projetos	Status	Principais Ações
Xavante			abrangendo 09 Terras Indígenas. 01 projeto Brigadas Indígenas (Kuradomodo)		Aquisição e entrega de insumos e ferramentas para a promoção da agricultura em aldeias Xavante; Capacitação de Brigadistas Indígenas para a Prevenção e Controle de Queimadas (03 projetos de capacitação sem execução direta);
	Projetos Estruturantes	Xavante	02 Projetos Estruturantes	2 Em andamento	Capacitação de indígenas para a produção, manutenção e implementação de geradores de energia solar; Criação de núcleo físico de capacitação e produção continuada de energia solar Unidade Escola-Oficina FSS;
	Projetos Locais	Xavante	02 Projetos Locais	2 Em andamento	Implantação de SAFs; Construção de aceiros para proteger nascentes; Construção de viveiros; Construção de Casa de Sementes; Realização de oficina sobre nutrição e curso de permacultura;
Médio Araguaia	Plano Emergencial	5 Povos: Tapirapé, Karajá, Krenak, Maxacali e Kanela	06 projetos, sem execução pelas associações indígenas.	Finalizado	Realização de seminários sobre o PNGATI; Realização de capacitações de indígenas para o monitoramento da atividade agricultora; Implantação de roças; Construção de galinheiros;
	Projetos Estruturantes	Kanela, Karajá, Krenak, Maxacali, Tapirapé	01 Projeto Estruturante	Finalizado	Ampliação e fortalecimento de roçados tradicionais; Apoio às festas tradicionais e práticas culturais;

Regional[1]	Tipo do apoio	Povos beneficiados	Número de projetos	Status	Principais Ações
					Fortalecer e estruturar 6 associações indígenas; Formação de agentes indígenas para as ações de gestão territorial;
Xingu	Plano Emergencial	13 Povos: Trumai, Yudjá, Mehinako, Matipu, Nafukuá, Awetí, Kalapalo, Kisedje, Kawaiweté, Yawalapiti, Kuikuro, Waurá e Ikpeng	13 projetos, sem execução pelas associações indígenas.	Finalizado	Fortalecimento da apicultura; Construção de viveiros; Construção de galinheiros; Entrega de equipamentos e materiais para UBSs; Implantação de roças; Beneficiamento do processo produtivo da pimenta e da mandioca;
	Projetos Estruturantes	Aweti, Ikpeng, Kalapalo, Kamayura, Kawaiweté, Khisedje, Kuikuro, Matipu, Mehinaku, Nafukuá, Tapayuna, Trumai, Wauja, Yawalapiti e Yudja	02 Projetos Estruturantes	2 Em andamento	Construção de alojamentos; Construção de estruturação de bases de vigilância; Capacitações e seminários; Beneficiamento do processo produtivo da mandioca; Capacitação de indígenas para a produção, manutenção e implementação de geradores de energia solar; Criação de núcleo físico de capacitação e produção continuada de energia solar Unidade Escola-Oficina FSS;
	Projetos Locais	Khisedje, Matipu, Aweti, Ikpeng, Kalapalo, Kamayura, Kawaiweté, Kuikuro, Trumai, Wauja	08 Projetos Locais	1 Finalizado 7 Em andamento	Construção de base para brigada; Construção de mini-usina para processamento do Pequi; Fortalecimento da apicultura;

Regional[1]	Tipo do apoio	Povos beneficiados	Número de projetos	Status	Principais Ações
					Distribuição de materiais e equipamentos para a produção de farinha de mandioca; Formação de educadores ambientais indígenas; Implantação de SAFs; Construção de viveiro;

3.2.6 Monitoramento do STI

Objetivando o relato do progresso e dos resultados obtidos através do Plano de Monitoramento, Avaliação e Aprendizagem (Monitoring, Evaluation and Learning Plan - MEL, na sigla em inglês), foram adotadas distintas estratégias para o alcance dos resultados: a) Reuniões online conjuntas com o Funbio e projetos para orientação de execução; b) Leitura e análise dos relatórios trimestrais, semestrais e finais dos projetos; c) Acompanhamento do GPWeb com reuniões junto aos projetos, notificações e encaminhamentos; d) Monitoramento de Campo com visitas às áreas de execução dos projetos para verificação das atividades, discussão de problemas apresentados e reorientação dos trabalhos e; e) Monitoramento Participativo com implementação de plataforma para coleta de dados, com contratação de 17 monitores indígenas, com geração de dados dos projetos e indicadores do Programa.

As três primeiras estratégias são sistemáticas e contínuas, resultando em um conjunto de atividades a serem apresentadas nos resultados finais do Subprograma. Entretanto, no semestre foram realizadas 04 viagens a campo em 04 regionais, equivalente a 09 projetos monitorados, de 08 povos, localizados em 10 terras indígenas totalizando visitas a 23 aldeias. Os projetos foram executados por 08 instituições diferentes, foram discutidos e, quando necessário, reorientados junto às comunidades e instituições proponentes. Abaixo segue um consolidado das viagens realizadas no semestre.

Tabela 3: Monitoramento do Subprograma Territórios Indígenas

REGIONAIS	Nº DE TERRAS INDÍGENAS	Nº DE PROJETOS VISITADOS	Nº DE ALDEIAS	POVOS	Nº DE INSTITUIÇÕES
XAVANTE	02	03	03	01	03
CERRADO PANTANAL	03	02	10	02	02
MÉDIO ARAGUAIA	02	02	02	02	02
KAYAPÓ NORTE	03	02	08	03	01
TOTAL	**10**	**09**	**23**	**08**	**08**

A modalidade do Monitoramento Participativo tem por base a avaliação da percepção das comunidades indígenas sobre a implementação e impactos do Subprograma Territórios Indígenas por meio dos representantes e beneficiários dos 27 projetos locais e estruturantes, selecionados pelas Chamadas 01 e 02/2022. Para tanto, foi contratado o Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy Brasil - TNC, onde discutiu-se conjuntamente todo o arcabouço de sustentação, que implicou em diferentes etapas, desde a construção da matriz de indicadores e salvaguardas até a elaboração de formulários para a implementação do monitoramento de campo. Foram selecionados e contratados 17 monitores indígenas, que foram capacitados, para o levantamento de campo, onde utilizaram um aplicativo de livre acesso (Kobo Toolbox), que opera offline, que tem fácil interação e interface amigável. Ao final

do Monitoramento Participativo, será entregue ao STI um banco de dados, cuja interface será adaptada ao GPWeb. Até o momento foram realizadas 30 viagens, em 16 Terras Indígenas das sete regionais.


Produção Sustentável

3.3 Subprograma 3 - Produção, Inovação e Mercado Sustentáveis

O Subprograma Produção, Inovação e Mercado Sustentáveis (PIMS) tem como objetivo promover uma transformação positiva no modelo atual de produção em Mato Grosso. Para alcançar esse fim, busca promover a produção sustentável, incentivando a regularização ambiental, impulsionando a pesquisa de tecnologias adaptadas à realidade local e promovendo capacitações essenciais para as cadeias da pecuária de corte, soja e da madeira.

Durante o período de julho de 2023 a dezembro de 2023, houve continuidade na execução dos projetos contratados através da Chamada 08/2020. A Figura 5 demonstra a distribuição dos beneficiários do Subprograma e, ainda, a média de execução nos eixos da pecuária sustentável, soja responsável e inovação nas cadeias de commodities. Além da localização de 1.452 propriedades atendidas na cadeia de pecuária sustentável (marcadas em vermelho), 196 propriedades atendidas na cadeia da soja (marcadas em laranja) e 05 Unidades Demonstrativas da cadeia de inovação em commodities (marcadas em verde).

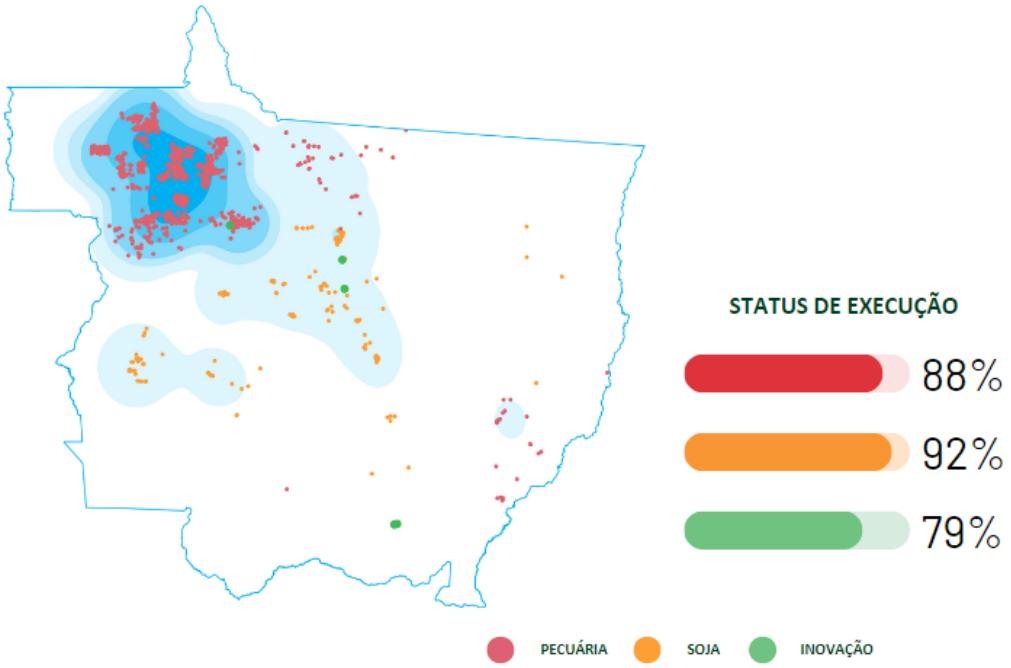


Figura 5. Mapa de atuação do Subprograma de Produção, Inovação e Mercado Sustentáveis.

A velocidade física-financeira do Subprograma PIMS está ilustrada na figura 6, onde no presente momento 78,26% das atividades foram executadas em relação ao planejado, e a 93% execução financeira.

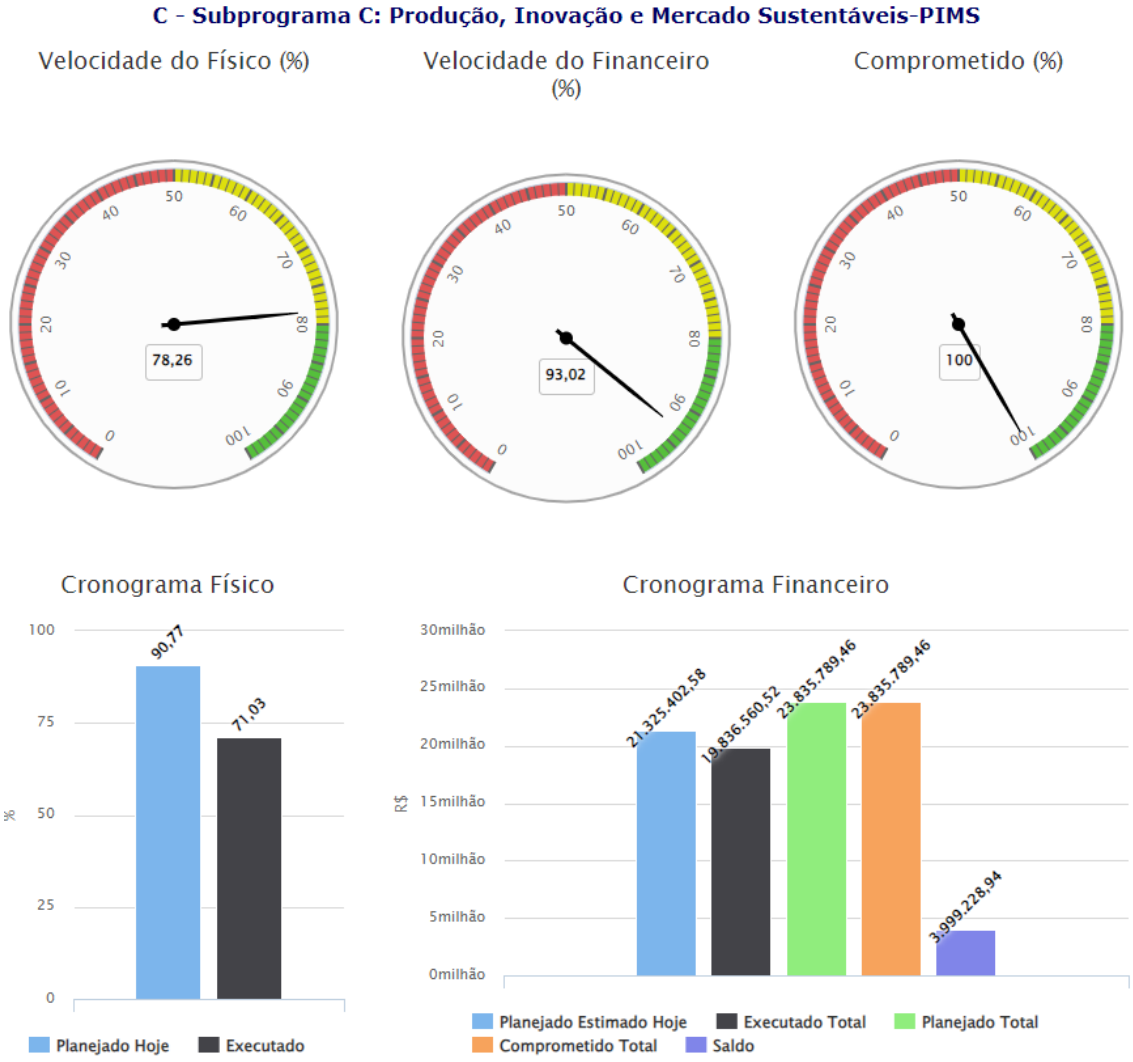


Figura 6 :Acompanhamento física-financeira do Subprograma Produção, Inovação e Mercado Sustentáveis

Acrescenta-se que o número de hectares sob manejo de baixo carbono (sejam por reflorestamento, recuperação produtiva e recuperação de áreas degradadas) obtidos pelo Subprograma é superior a 91 mil hectares.

3.3.1. Pecuária Sustentável

Para o eixo da pecuária sustentável, o Projeto "Conect@gro: Conectando conhecimentos e praticando Boas Práticas Agropecuárias" caminha para finalização, com um percentual de execução de 93,7%. O projeto teve como objetivo disseminar e ampliar a adoção de boas práticas, além de compartilhar soluções para os principais gargalos para uma pecuária mais sustentável. Isso inclui fomentar a oferta e demanda de assistência técnica, sensibilizando produtores e capacitando novos técnicos, apoiando a regularização ambiental e ampliando a tomada de crédito rural baseada na aplicação de boas práticas.

Abaixo encontram-se alguns indicadores do alcançados pelo projeto, bem como a localização das Unidades Demonstrativas focadas na produção sustentável de bovinos (Figura 7).

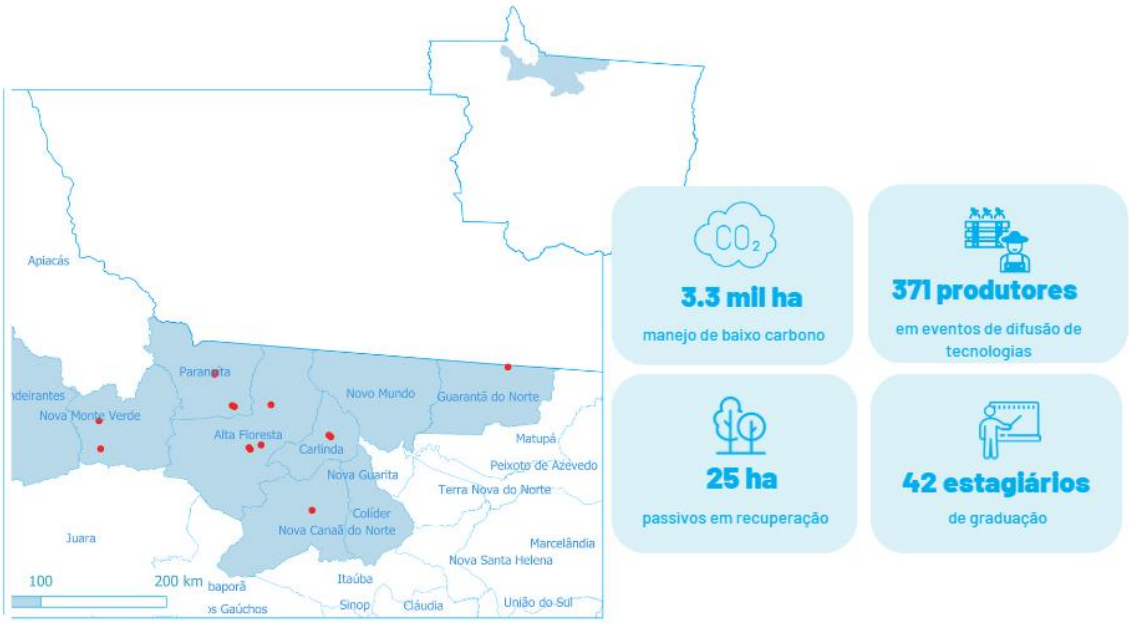


Figura 7. Localização das Unidades Demonstrativas de pecuária sustentável na região do Portal da Amazônia (em vermelho). Ao lado, indicadores obtidos pelo Projeto Conect@gro.

3.3.2 Soja Responsável

Para o eixo da soja responsável, o Projeto "Abordagem Jurisdicional para Expansão Responsável da Soja em Campos de Júlio e Planalto da Serra - Fase 2"caminha para finalização, com um percentual de execução de 83,4%.

O referido projeto possui uma metodologia de conformidade quanto aos aspectos ambiental, social e produtivo para certificação. Os resultados mostraram que no âmbito produtivo estão os maiores gargalos de adequação. Em contrapartida, 68% das propriedades estão em conformidade com os critérios ambientais. A iniciativa também contou com a instalação de duas brigadas locais de incêndio equipadas e estruturadas nos municípios de Campos de Júlio e Planalto da Serra e capacitação de 186 funcionários e voluntários em prevenção e combate a incêndios florestais. Foram feitas 77 ações que envolvem visitas técnicas e informativas nas propriedades e na comunidade, bem como reconhecimento de perímetros. Essas brigadas fizeram 17 combates diretos de incêndios na região.

Abaixo encontram-se alguns indicadores do alcançado pelo projeto, bem como a localização das propriedades beneficiadas(Figura 8).

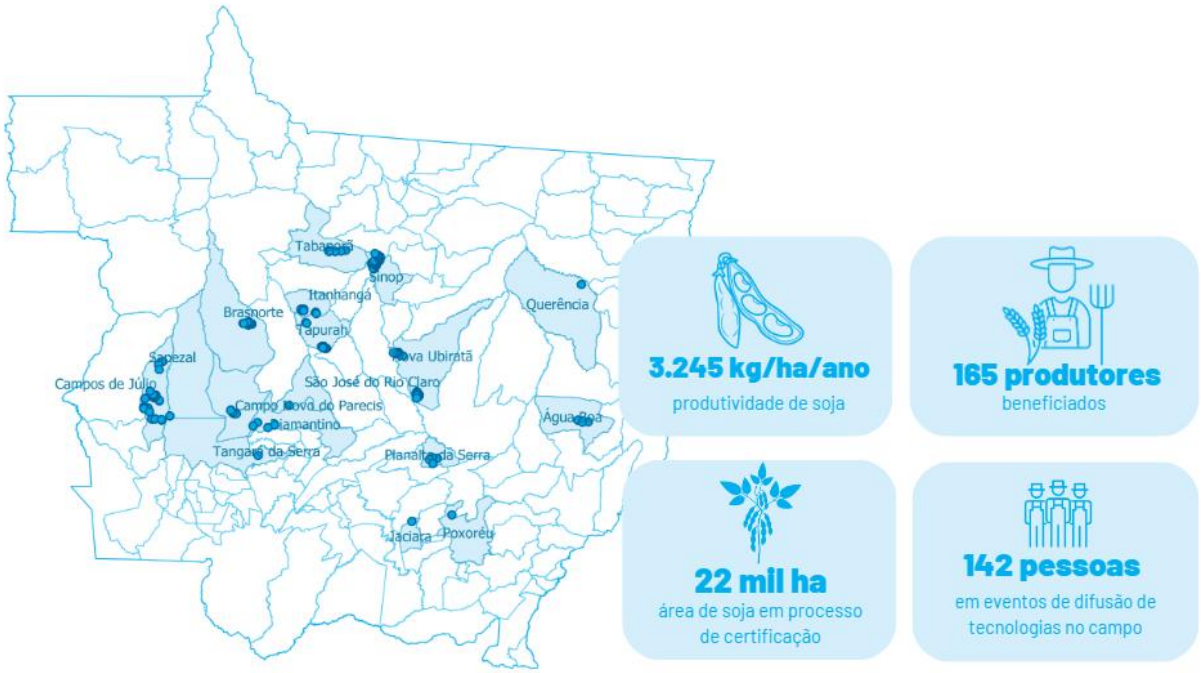


Figura 8. Localização das propriedades beneficiadas no contexto da soja responsável e indicadores do Projeto Abordagem Jurisdicional para Expansão Responsável da Soja.

3.3.3. Manejo Florestal Madeireiro Sustentável

Para o Manejo Florestal Madeireiro Sustentável houve a conclusão das capacitações em exploração de impacto reduzido e conformidade em Manejo Florestal sustentável, totalizando a capacitação de 98 profissionais autônomos da base florestal e 45 servidores do IBAMA, INDEA e SEMA MT.



Figura 9: Curso de capacitação em identificação botânica das espécies arbóreas mais comercializadas em Mato Grosso

Outra iniciativa dentro do contexto da cadeia da madeira é o apoio ao projeto "Flora de Mato Grosso", tendo como principal objetivo a elaboração de uma nota técnica que evidencie ao IBAMA, INDEA, PRF e SEMA as discrepâncias presentes na lista oficial de espécies do SISFLORA. O apoio do REM MT ao Projeto iniciou-se efetivamente em julho de 2023, até então ocorreu a revisão da nomenclatura, da forma de vida e do nome vulgar da lista de espécies arbóreas do SISFLORA 2.0 (Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais) e, ainda, uma capacitação de iniciação ao R com uso do pacote PlantR de 15 bolsistas, voluntários e pesquisadores.



Figura 10: Curso de capacitação em identificação botânica das espécies arbóreas mais comercializadas em Mato Grosso

O Subprograma PIMS também iniciou em novembro de 2023 um estudo sobre dinâmica de desmate do estado, com mapeamento da vegetação de Mato Grosso ao longo do tempo para classificá-la por nível de degradação e/ou intervenção antrópica. Os produtos entregues, até o momento, incluem a apresentação do Plano de Trabalho, contendo detalhamento das metodologias a serem adotadas, cronograma de execução das atividades e datas de entregas de produtos. Outro produto entregue, ainda sob análise da SEMA MT, é a máscara de Desmatamento Total até o ano de 2018.

3.3.4. Inovação em cadeia de commodities

Na esfera da inovação dentro da cadeia de commodities, todos os projetos contratados na Chamada 08/2020 estão concentrados no desenvolvimento e implementação de ferramentas para garantir a qualidade das commodities. Essas iniciativas têm como objetivo principal promover a utilização de tecnologias inovadoras que harmonizem a conservação ambiental com a rentabilidade econômica nas diferentes cadeias produtivas. Um dos principais indicadores desse esforço é a disseminação de tecnologias de produção de baixo carbono. Até o momento, esses projetos já impactaram um total de 5.699 pessoas, incluindo 1.545 produtores rurais, evidenciando o alcance e a relevância das ações em curso.



Figura 11: Eventos de capacitação em tecnologias inovadoras no âmbito da agropecuária para produtores, pesquisadores, técnicos agrícolas e estudantes.



3.4 Subprograma 4 - Fortalecimento Institucional e Políticas Públicas Estruturantes

Aproximadamente 81% dos recursos do subprograma já foram executados. Os subexecutores do Programa REM MT, envolvidos no combate e controle ao desmatamento e aos incêndios florestais, demonstraram que os investimentos nas organizações do Estado permitiram melhorar a qualidade e a velocidade das informações sobre desmatamento e queimadas, atuando de forma contínua de equipes em ações de fiscalização in loco, bem como melhoria dos métodos de fiscalização, utilizando de recursos tecnológicos, para atuação remota.

Durante o segundo semestre de 2023, o Subprograma esteve focado em manter o apoio que já estava no plano de ação construído pelos parceiros, compreendendo 19 órgãos públicos (SEMA, BPMPA, BEA, DEMA, MPE, SEAF, INDEA, INTERMAT, INCRA, IBAMA, FUNAI, SEPLAG, PCI, SEDEC, EMPAER, CIOPAER, POLITEC, BOPE, GOE), sendo na SEMA, nove setores envolvidos, bem como 09 regionais.

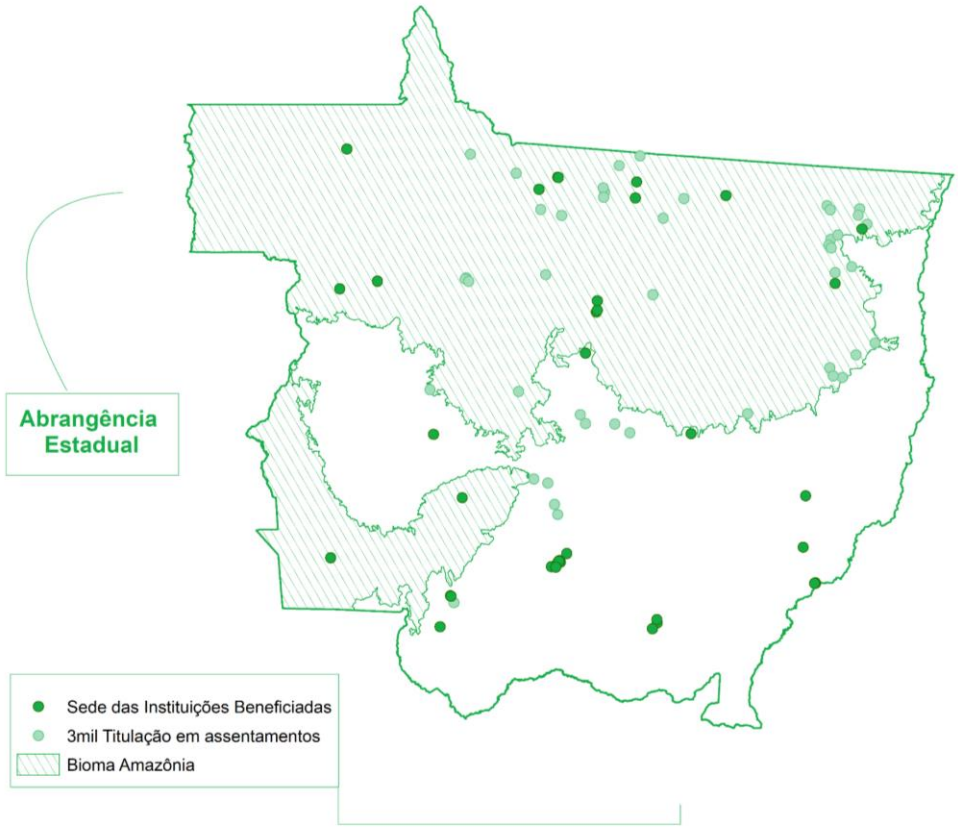


Figura 12: Atuação do Subprograma Fortalecimento Institucional e Políticas Públicas Estruturantes em MT.

A velocidade físico-financeira do Subprograma pode ser observada na figura abaixo, com a ressalva que devido às inúmeras organizações envolvidas na alimentação do GPWeb, no tocante à execução física, ainda não institucionalizaram a rotina de alimentação do sistema.

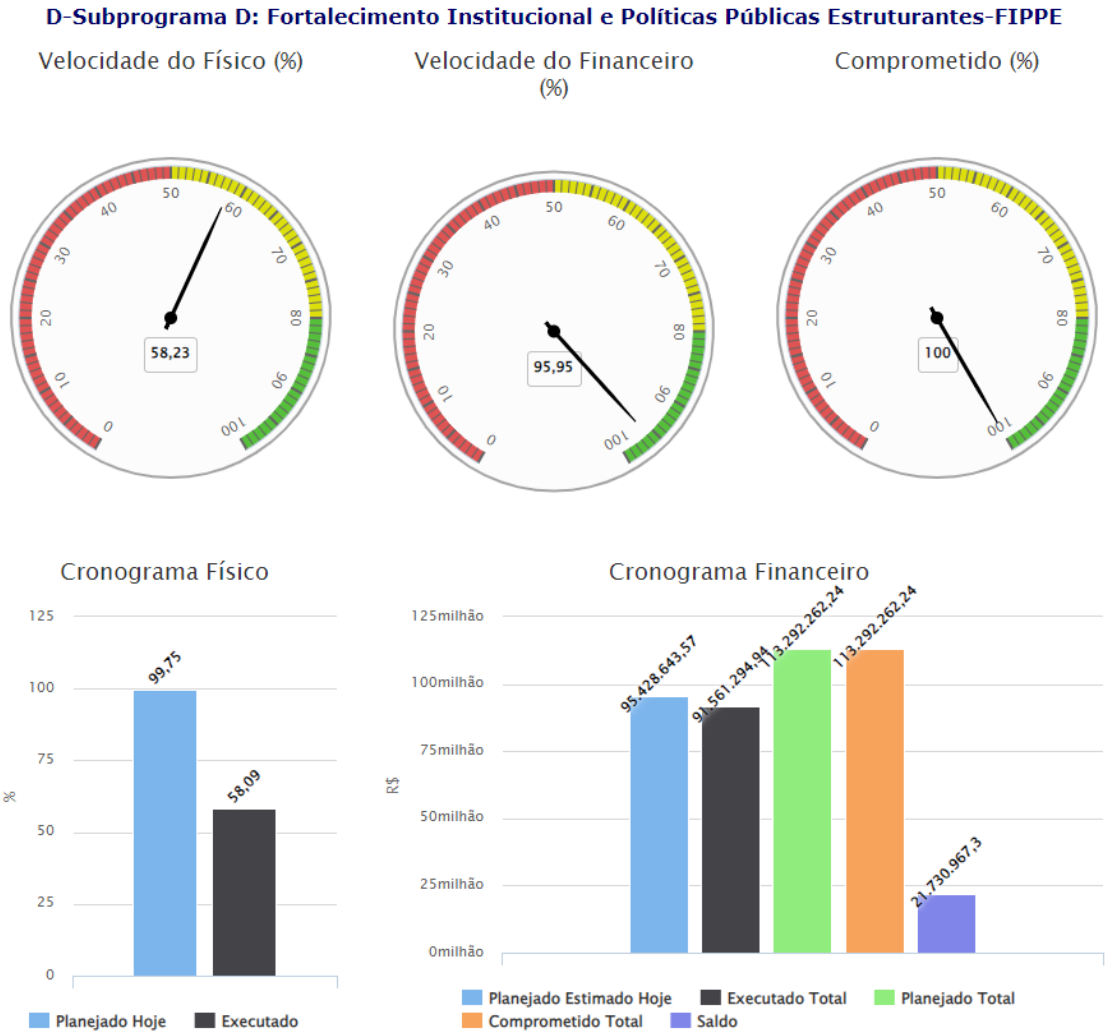


Figura 13: Acompanhamento físico-financeiro do Subprograma Fortalecimento Institucional e Políticas Públicas Estruturantes.

3.4.1. Sistema Estadual de REDD+ da Política Estadual de Mudanças Climáticas do estado de Mato Grosso

A Coordenadoria de Mudanças Climáticas e REDD+, executa ações diretamente ligadas ao Programa REM-MT e também executa Projetos que se relacionam com o Programa de forma complementar, cujos resultados gerados irão subsidiar ações futuras e que também contribuirão para o Fortalecimento do Sistema Estadual de REDD+. Nesse sentido, destacamos as seguintes:

1. Conclusão da contabilidade de carbono florestal para a Fase 2 do Programa REM MT, junto ao KFW, na qual foram definidos os Anos florestais de referência, Gatilho de Performance, definição das reduções de emissões verificadas alocadas para três desembolsos e gestão de risco do Programa (vazamento e não permanência do Carbono

Florestal), na qual serão utilizadas reduções do Bioma Amazônia, Bioma Cerrado e reduções oriundas do FREL nacional;

2. Conclusão e aprovação no âmbito do Conselho Gestor de REDD+ do I Relatório de Monitoramento de Salvaguardas e do I Sumário de Informações de Salvaguardas do Programa REM MT;

3. Conclusão e aprovação da Nota de Conceito de Mato Grosso do Padrão de REDD+ ART/TREES. O padrão ART/TREES é um padrão de excelência ambiental para Programas de REDD+ adotado pela coalizão LEAF, composta pelo governo da Noruega, Reino Unido, EUA e por grandes empresas que tem compromissos no âmbito da campanha "net zero". Este padrão, quantifica, monitora, relata e verifica as reduções e remoções de emissões de gases de efeito estufa de atividades de REDD+ em escala jurisdicional;

4. Em fase de conclusão o trabalho realizado em parceria com a TNC/Agrosatélite, visando Estimar as Remoções de Gases de Efeito Estufa (GEE) provenientes do crescimento da Vegetação Secundária e Reflorestamento nos Biomas Cerrado e Amazônia, no Estado de Mato Grosso, visando atender requerimentos técnicos do padrão ART/TREES;

5. Em fase de conclusão e ajustes, a SEMA-MT em parceria com o IDH, por meio de consultoria especializada, está construindo o Índice de Vulnerabilidade Social e Climática (IVSC), específico para Mato Grosso, que será gerado a partir de dados ambientais, meteorológicos, climáticos e também, indicadores socioeconômicos, obtidos pelo ICQV, gerados pela SEPLAG. Neste trabalho, ressaltamos, que além de mapas, será gerado um ranking dos municípios mais vulneráveis às mudanças climáticas e de menor capacidade adaptativa, gerando assim, subsídios robustos para o planejamento e priorização de ações de adaptação em regiões e municípios críticos, bem como, constitui-se em uma ferramenta eficaz para orientar de forma justa a repartição de benefícios em Programas de REDD+.

6. Reuniões realizadas em 2023, no âmbito da estrutura de governança do Sistema Estadual de REDD+:

Fórum Mato-Grossense de Mudanças Climáticas.
16/02/2023 às 14h
Reunião Ordinária do Fórum Mato-Grossense de Mudanças Climáticas.
Pauta: Apresentação do Primeiro Sumário de Informação de Salvaguardas do Programa REM-MT.

14/09/2023 às 14h
Pauta: Apresentação do Estudo Estimativas das Remoções de Gases de Efeito Estufa (GEE) provenientes da Vegetação Secundária e Reflorestamento nos Biomas Cerrado e Amazônia, no Estado de Mato Grosso.
17/10/2023 às 14h

Eleição do Conselho Gestor de REDD+.
Conselho Gestor de REDD+

25/01/2023 às 14h
Pauta: Aprovação da repartição de benefícios do programa REM/MT, fase 2.
28/04/2023 às 14h
Pauta: Aprovação do Sumário de Informações de Salvaguardas do Programa REM MT.

GT LEAF MT
Reunião - 20 de abril de 2023
Pauta: 1. Retomada do GT LEAF MT
2. Atualização da nota de conceito do LEAF e
3. Cronograma das próximas reuniões.

Reunião - 11 de maio de 2023
Pauta: 1. Apresentação da 1ª Versão da Nota Conceito de Mato Grosso e
2. Atualização das atividades de consultoria do PNUD, relacionadas ao Atendimentos dos Requerimentos do ART/TRESS.

Reunião - 1 de junho de 2023
1. Apresentação da 1ª Versão da Nota Conceito de Mato Grosso.

Reunião - 22 de junho de 2023
Pauta: 1. Apresentação da estratégia de mobilização dos povos indígenas pela FEPOIMT, para melhor entendimento e participação em Programas da Coalização LEAF.
2. Considerações da Nota Conceito de Mato Grosso.

Reunião - 14 de julho de 2023

Pauta: 1. Apresentação do Trabalho apoiado pela TNC/Agrosatélite, referente às Estimativas das Remoções de Carbono Florestal no Estado de Mato Grosso.
- Participação da Coordenadoria de Mudanças Climáticas e REDD+ no Grupo Técnico de Monitoramento, Relato e Verificação do Governo Federal, responsável pela construção do FREL Nacional;
- Participação da Coordenadoria de Mudanças Climáticas e REDD+ no Grupo Técnico de Monitoramento, Relato e Verificação do PNUD, que visa atender requerimentos do padrão ART/TREES;
- Participação da Coordenadoria de Mudanças Climáticas e REDD+ no Grupo Técnico sobre Salvaguardas do PNUD;
- Participação da Coordenadoria de Mudanças Climáticas e REDD+ na Comissão Nacional para REDD+(CONAREDD+).

3.4.2. Monitoramento e controle do desmatamento, queimadas e incêndios florestais

O investimento do Programa REM MT foi o impulsionador de mudanças no modus operandi das ações de combate ao desmatamento. O financiamento de tecnologias como o monitoramento da vegetação nativa e a oferta de serviços de remoção de maquinários trouxeram agilidade e eficiência para o processo. Fato que, por sua vez, impulsionou a transferência ao mundo digital do macroprocesso de responsabilização de infratores por meio de três sistemas SIGA Autuação, SIGA Responsabilização e SIGA Arrecadação. No segundo semestre de 2023, o Siga Arrecadação está em fase final de conclusão do sistema e a previsão de homologação é para o primeiro trimestre de 2024.

Ainda está em desenvolvimento o SIGA Alerta, sistema próprio de gestão de dados sobre os alertas de desmatamento, que até o fechamento deste relatório estava com 32% do trabalho concluído. É fundamental mencionar, que o REM MT proporcionou a SEMA o desenvolvimento de uma plataforma própria, que ao final de 2023 estava em fase avançada de programação, estando previsto para o final do segundo semestre de 2024 seu funcionamento, o que reduzirá a dependência da SEMA na aquisição de alertas de desmatamento de plataformas privadas, gerando economia e independência na gestão do desmatamento no Estado de Mato Grosso.

O ano de 2023 foi marcado por 274 operações destinadas ao combate ao desmatamento em campo, onde foram aplicadas 63% de multas in loco e 37% foram emitidas de forma remota. As autuações, tanto de campo quanto remotas, acumularam um montante superior a R$5 Bilhões em multas. Essas ações foram atribuídas a uma variedade de atividades ilegais, sendo 445 mil ha por desmatamento ilegal, 20mil ha por uso ilegal do fogo, 18 mil ha por exploração ilegal da floresta 198 mil por descumprimento de embargos e 482 ha por exploração ilegal de minério. Dados que refletem a seriedade das infrações e compromisso com a fiscalização e proteção dos recursos naturais.

Comparando os dados da fiscalização entre julho e dezembro/2023 com mesmo período do ano anterior, houve redução do número de alertas de desmatamento (9.504) com diminuição de aproximadamente 23%. Atrelado a isso, observamos o crescente aumento no percentual de desmatamento legalizado, conforme o gráfico abaixo.

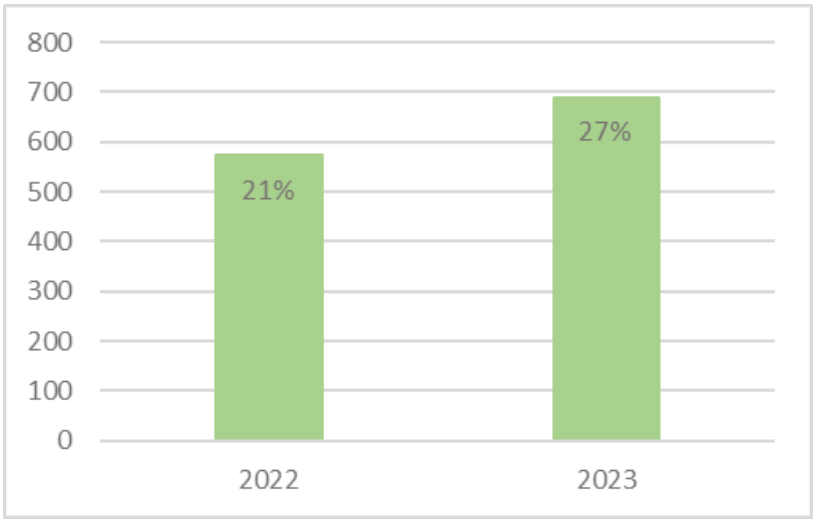


Gráfico 5: Análise quantitativa e percentual do desmatamento legal no estado de Mato Grosso. (Dados compilados da SEMA e ICV)

Destaca-se ainda o início e continuidade no serviço de apoio à SEMA no âmbito do Programa de Regularização Ambiental/Cadastro Ambiental Rural - PRA/CAR. Estão sendo realizadas atividades voltadas ao monitoramento dos termos de ajustamento de conduta oriundos da regularização ambiental de propriedades rurais. Por meio desse monitoramento, garante-se a conformidade das propriedades rurais com as legislações ambientais vigentes, promovendo a conservação e a sustentabilidade dos recursos naturais. Além disso, essas atividades contribuem significativamente para a redução do desmatamento e da degradação ambiental, além de fomentar práticas agrícolas mais responsáveis e respeitosas com o meio ambiente.

Em relação às ações de responsabilização criminal, a Delegacia Especializada do Meio Ambiente (DEMA), recebeu apoio do Programa para a estrutura física (nova sede), bem como em capacitações importantes para o órgão. Destacam-se entre elas o 1º Curso Básico de Inteligência Ambiental – CBIAM; 1º Curso de Investigação e Operações Policiais Ambientais; além de participações no Curso de Especialização em Policiamento Ambiental no Estado do Amazonas; entre outros que juntos somam a capacitação de mais de 80 servidores entre policiais civis, militares, bombeiros militares e policiais rodoviários federais. Essas iniciativas são fundamentais para fortalecer a atuação da DEMA no combate aos crimes ambientais e garantir sua eficácia no cumprimento de suas responsabilidades. A DEMA também contou com o apoio de um veículo locado pelo Programa para a execução de ações em campo e manutenção de veículos da frota própria.



Figura 14: Capacitações realizadas, e a nova Sede da Delegacia Especializada do Meio Ambiente (DEMA).

No mês de Outubro de 2023, ocorreu o Seminário "Políticas Públicas Inovadoras: Comando e Controle e Mudanças Climáticas", um evento significativo que reuniu profissionais da área de fiscalização e monitoramento ambiental, instituições parceiras do Programa, equipes de outros estados e representantes do Governo Federal. O objetivo principal foi facilitar a troca de experiências, compartilhar conhecimentos, iniciativas inovadoras e fortalecer a articulação entre as diferentes esferas de atuação no combate ao desmatamento. Esteve presente instituições como MMA, IPAM, SEMAS PA, IBAMA nacional, MAPA, DEMA MT e SEMA MT.

No mês de Novembro de 2023 foi iniciado o processo licitatório para a reforma do Batalhão de Polícia Militar de Proteção Ambiental (BPMPA), no município de Várzea Grande. A reforma do Batalhão proporcionará melhorias significativas para a instituição que apoia no combate aos crimes ambientais e que atualmente está instalado provisoriamente no Parque Estadual Mãe Bonifácia e outra parte permaneceu no local onde será realizada a obra. O Batalhão também conta com apoio de veículos locados pelo Programa REM e manutenção da frota própria. A previsão é de que as obras sejam iniciadas em janeiro de 2024 com prazo de conclusão em seis meses. Além disso, estão previstas obras dos batalhões da Polícia Militar de Colniza e de Matupá para melhorias e ampliação de alojamentos para equipes de fiscalização ambiental. Esse processo licitatório está em fase de análise das propostas no momento deste relatório.

Outra licitação iniciada no segundo semestre de 2023, com previsão de execução do contrato no ano de 2024, foi a contratação de empresa que irá fornecer e instalar o Sistema Fotovoltaico

para atender a demanda de energia elétrica da Secretaria de Estado de Meio Ambiente SEMA/MT com intuito de zerar ou pelo menos reduzir o consumo de energia elétrica vinda de fontes não renováveis ou de maior impacto ambiental.

Também foi iniciada no segundo semestre de 2023 a licitação para a contratação de consultores para elaboração do livro sobre a 1ª Fase do Programa REM com previsão de execução no primeiro semestre de 2024.

Foi concluído no segundo semestre de 2023 a obra de reforma e implantação da sala de situação do IBAMA, com a aquisição de mobiliário, ar condicionados e equipamentos (computadores e monitores de TV) para o funcionamento da sala.

Ainda foi apoiada a equipe técnica que elabora o Mapa de Vegetação Primária do Estado de Mato Grosso em viagens de campo para esclarecer dúvidas quanto à classificação de pontos amostrais, como parte do processo de homologação do Mapa pelo IBGE e que tem prazo para conclusão até 2025.

3.4.3. Macro-estratégia para o desenvolvimento sustentável em MT

3.4.3.1. Estruturar e Implementar o Programa REM MT

3.4.3.1.1. Governança

Durante o segundo semestre de 2023 foi criado um setor na SEMA específico para gerir o Programa REM MT, chamado Unidade de Programas e Projetos Especiais, e abarcar todo o Grupo de Coordenação com suas funções.

A medida visou o estabelecimento de um regimento dentro dos padrões do estado e a definição de procedimentos corriqueiros para a gestão do Programa de forma a internalizá-lo dentro da Secretaria.

A formalização dessa estrutura ocorreu primeiramente com atualização da estrutura organizacional da SEMA (DECRETO N°511, DE 24 DE OUTUBRO DE 2023), depois com a publicação da atualização do regimento interno da SEMA (DECRETO Nº 767, DE 04 DE MARÇO DE 2024) e por fim com a nomeação da Chefia da Unidade (ATO DO GOVERNO/MT/03033/2023).

3.4.3.1.2 Gerenciamento Programa REM-MT

O ano de 2023 como um todo foi de execução prioritariamente indireta, por meio dos repasses realizados às organizações de base, alcançando 78 % de todo o recurso executado.

Esse tipo de execução exigiu uma dedicação especial ao acompanhamento das organizações de base, não só no processo de prestação de contas, como também no suporte ao reporte do monitoramento dos resultados.

Durante o semestre foi bastante intenso o trabalho de monitoramento e checagem dos resultados em campo, especialmente em projetos com dificuldades de reporte ou prestação de

contas para identificar se os resultados apontados nos relatórios, de fato coincidem com a realidade no campo. O trabalho foi em sua maior parte executado com a equipe composta por membros da UPPI e também do FUNBIO.

No aspecto físico-financeiro, foi um semestre ainda com com desafios para a consolidação das informações financeiras, uma vez que após as análises de relatórios de acompanhamento financeiro realizadas pelo grupo de trabalho do Programa REM MT foram observadas inconsistências.

No aspecto técnico, os projetos contratados pelas Chamadas de 2020 caminham, em sua maioria, para um estágio de finalização, o que indica que em 2024 será possível realizar as análises de impacto, bem como o relato das lições aprendidas.

3.4.3.1.3 Comunicação

O Núcleo de Comunicação do Programa REM MT, integrado ao Subprograma Fortalecimento Institucional e de Políticas Públicas Estruturantes, desempenha um papel estratégico e abrangente, promovendo os resultados alcançados pelo programa através do site institucional e mídias sociais. Ela se orienta para atender e engajar públicos internos, intermediários e externos, promovendo a transparência e informação.

O **Público Interno** engloba a estrutura organizacional da governança do Programa REM MT. O **Público Intermediário** é constituído pelos beneficiários e executores diretos de cada Subprograma, além das instituições proponentes dos projetos selecionados para apoio pelo REM MT. O **Público Externo** abrange apoiadores, potenciais parceiros e a sociedade em geral.

Esse período é marcado pela pela contratação e assinatura de contratos guarda-chuva para execução de atividades do setor no momento de fechamento da fase 1 do programa. Os contratos contemplam assessoria de rádio para produção de programetes para rádio, serviços continuados para os sites REM MT e PCI e guarda-chuvas para serviços de comunicação, planejamento de marketing, produção audiovisual e publicidade e outro para encomendas gráficas de comunicação visual.

Ao final da segunda fase do Programa REM MT, a expectativa é alcançar uma comunicação ampla e alinhada às estratégias do programa, facilitando a disseminação eficaz de informações dos resultados alcançados e ampliando a imagem do programa.

No âmbito do site, ainda em dezembro foram apresentados novos layouts para a home e páginas dos subprogramas, que foram trabalhados com visual aperfeiçoado e destaque aos indicadores, a entrega desse projeto está prevista para o primeiro trimestre de 2024.

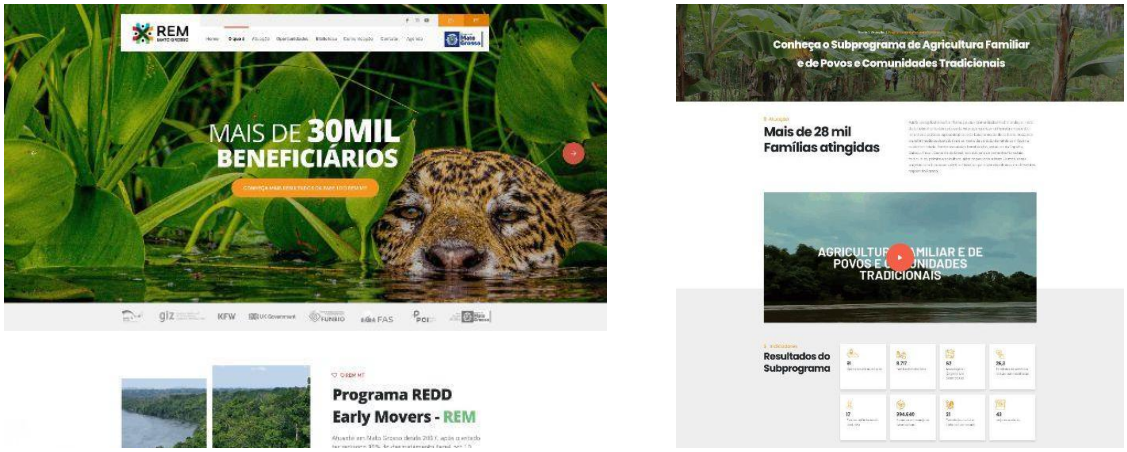


Figura 15: Layout apresentado e aprovado pela equipe em dezembro de 2023 para o site REM MT.

Nossas redes sociais do Programa REM MT atuam estrategicamente para engajar diversos públicos, ampliando suas vozes e pautas. Buscamos oferecer um espaço inclusivo e diversificado, alinhado aos objetivos de harmonizar produção sustentável, respeito aos direitos tradicionais e conservação ambiental. Quanto ao alcance da principal rede social do programa (sempre sob perfil *@programaremmt*) *Instagram* os resultados foram positivos, conforme o gráfico de visão geral oferecido pela *Meta* para o período de 1 de julho de 2023 a 31 de dezembro de 2023. Lembramos que os resultados alcançados são orgânicos, ou seja, neste momento ainda não existem investimentos para 'impulsionar' o conteúdo postado.

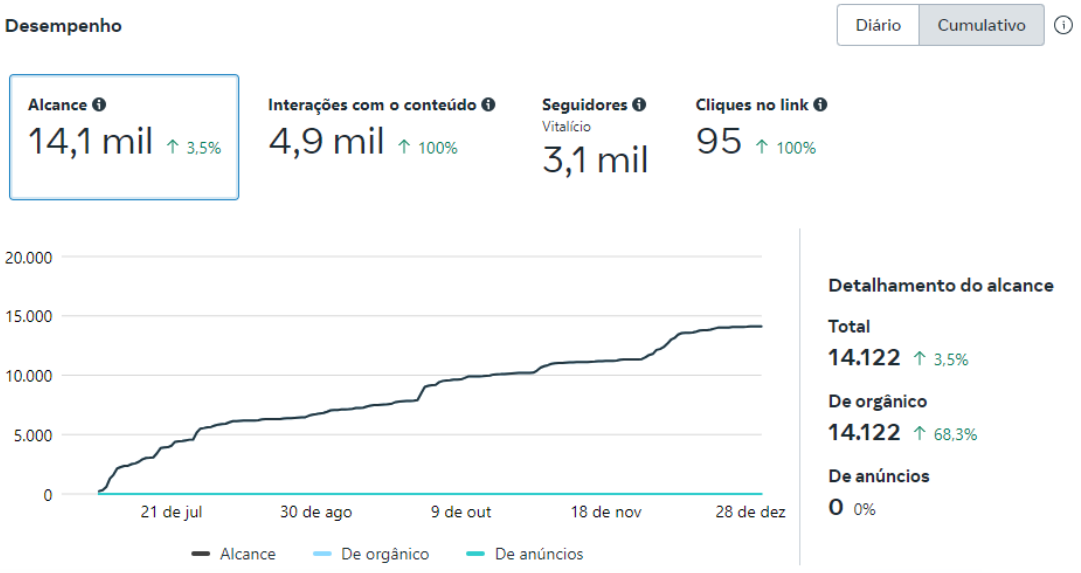


Figura 16: Visão geral dos resultados do instagram do REM MT no período de 1 de julho de 2023 a 31 de dezembro de 2023.

Neste período, registramos a veiculação de aproximadamente 106 matérias, abrangendo rádios, televisão e publicações em sites de notícias locais e nacionais.

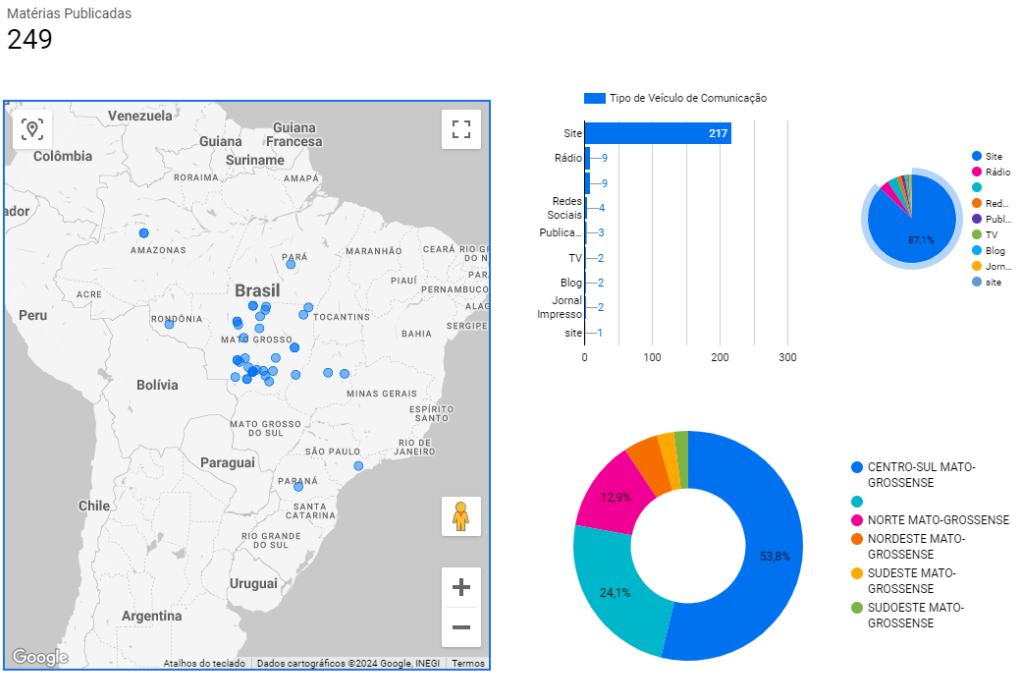


Figura 17: Visão geral do clipping de matérias do REM MT no ano de 2023, disponível em: https://lookerstudio.google.com/u/0/reporting/84d0a0a1-6674-4bf2-8fa5-b4140db79d59/page/ZhxCD.

Com os investimentos previstos nos novos contratos, esperamos aumentar ainda mais o alcance da comunicação e consequentemente a informação sobre o programa nos próximos meses.

3.4.3.2. Apoiar a Estruturação e Implementação da Estratégia Produzir, Conservar e Incluir - PCI

Até maio de 2023 o Instituto PCI (iPCI) estava sem o CNPJ da instituição, devido às recorrentes devolutivas do cartório para ajustes, devido ao perfil inovador da constituição do iPCI e ausência de toda documentação da UNEM. Em busca da solução definitiva para o caso, o Conselho de Administração criou uma força tarefa, no âmbito do Comitê de Transição, criado para substituir temporariamente as funções do diretor executivo. Em junho de 2023 o CNPJ do Instituto PCI foi criado dando viabilidade aos demais passos necessários para a consolidação da estrutura administrativa do Instituto.

Apesar destes desafios administrativos, o Instituto PCI demonstrou avanço significativo por meio de diversas ações estratégicas para o estado. Abaixo um resumo de progresso em 2022/2023:

Tabela 4: resumo de progresso em 2022/2023

Tema	Ações	Status
Estruturação do Instituto PCI	Contratação escritório de contabilidade para garantir o seguimento do processo no cartório e a estrutura de contabilidade e endereço fiscal para o Instituto ;	*Finalizado*
	Consultoria de recomendações jurídicas e de planejamento: consultoria encomendada pelo Programa REM à GOPA para recomendações no quadro jurídico do Instituto PCI e do Estado, e sugestões para um planejamento estratégico da Instituição	*Finalizado*
Envolvimento em construção de políticas públicas	Plano ABC+ de Mato Grosso: com apoio da Agroicone, o Instituto PCI participou ativamente da construção da política estadual de ABC+, formalizada por decreto do Governo do Estado. Atualmente o Instituto PCI está trabalhando dentro do GT do ABC+ para definir ações rumo à implementação das metas do Programa ABC+	*Em andamento*
Investimentos	Policy Brief de Investimentos: resultado do estudo sobre investimentos para a PCI feito pelo IIS com apoio de TFA e Programa REM	Finalizado e disponível aqui
	Feedback sobre as diretrizes ISEAL e estratégia PCI. Estudo financiado pela Fundação WalMart com ISEAL, ICV e consultoria Kultiva sobre as diretrizes para claims de empresas e jurisdições.	Finalizado e disponível no aqui
	Guia de engajamento Instituto PCI: desenvolvido como continuação do produto acima, facilita o entendimento de empresas sobre participação na PCI	Finalizado e disponível no aqui
	Análise do Engajamento de empresas na Estratégia PCI: produto da Proforest, como continuação do projeto com ISEAL, mapeando as empresas atuando em Mato Grosso e seu engajamento de acordo com o Guia desenvolvido	Finalizado e disponível aqui

	Pitch Book 2022: desenvolvido pela Proforest, mapeia os projetos de campo conectados com a Estratégia PCI para facilitar o engajamento de empresas e investidores	Finalizado e disponível aqui
	Estudos de caso envolvendo a PCI e Mato Grosso como destino para investimentos e modelo de governança, incluindo: Case Study PCI desenvolvido pelo CDP PCI Policy Brief de Investimentos PCI -Closing the Forest Frontier of Mato Grosso Estudo de Caso TropenBos (em andamento)	 aqui aqui) (finalizado - a ser incluído no website)
	Termo de Cooperação e Memorando de Entendimentos com instituições parceiras para captação, incluindo MoU Soft Commodities Forum	 Em andamento
	Projetos de Investimentos sendo desenvolvidos com participação ativa da PCI e Governo do Estado: Carta Consulta e Project Appraisal (PAD) do Banco Mundial para agricultura familiar (US$ 80 milhões) Proposta para fase 2 do REM (EUR 15 milhões) Projeto de Cooperação com a GIZ (EUR 2 milhões)· Projeto de Cooperação com BID	 Em andamento Em andamento Em andamento Em andamento
Monitoramento	Estudos adicionais para gaps de informação no monitoramento das metas da PCI, financiados pela GIZ e pelo Programa REM, incluídos: Contratação de estudo do IMEA referente a área de florestas plantadas em Mato Grosso	 Finalizado

	Contração de estudos do LAPIG referente a recuperação de pastagens degradadas em Mato Grosso Lis Consultoria referente a informações de Valor de Produção da Agricultura Familiar e DAPs ativas em Mato Grosso	Em andamento Finalizado
	Balanço de metas da PCI (disponível aqui) e dos Pactos regionais (disponível no websitee aqui)	Finalizado
	Formação da Rede de Inteligência Territorial da PCI: com apoio da GIZ, o consultor Arnaldo Carneiro apoiou a criação de uma rede de instituições para compartilhamento de informações, inteligência territorial e aprimoramento do monitoramento da PCI	Finalizado
	Plataforma de Monitoramento – em fase de contratação, com apoio da GIZ, permitirá uma forma dinâmica de visualização dos dados de monitoramento da PCI	Em andamento
	Fatos Florestais: documento de atualização com dados do desmatamento	Disponível aqui
Regionalização	Prismati Consultoria: apoio na definição de Diretrizes para o processo de regionalização da PCI e manual orientador para Pactos Regionais Produtos 1, 2, 3 e 4, financiado pela GIZ	Finalizado
	Renovação do contrato com o Secretário Executivo do Vale do Juruena com apoio do Programa REM	Finalizado
	Renovação do contrato com o Secretário Executivo de Sorriso com apoio do Programa REM	Finalizado
	Pacto PCI de Barra do Garças: lideranças engajadas e contratação de secretário executivo.	Em andamento.
	IPAC – Diagnostico Diagnóstico do Município de Tangará da Serra (Mato Grosso), no âmbito das	Finalizado

	atribuições da estratégia PCI (Produzir, Conservar e Incluir), para o desenvolvimento de um novo Pacto Regional	
	Submissão de proposta ao Consumer Goods Forum no valor de R$ 2 milhões pelo IPAM, Proforest, Produzindo Certo e Instituto PCI com o objetivo de reduzir o desmatamento nas cadeias de soja e fortalecimento de governança por meio da contratação de um secretário Executivo da PCI em Tangará da Serra e região (6 municípios)	Aprovado e em execução
	Submissão de proposta ao Land Innovation Fund no valor de R$ 10 milhões pelo IPAM, Proforest, Produzindo Certo e Instituto PCI com o objetivo de reduzir o desmatamento nas cadeias de soja, fortalecimento de governança por meio da contratação de um secretário Executivo da PCI em Tangará da Serra e região, criação de grupos de governança locais, restauração de 135 hectares, assistência técnica para 80 produtores de soja (RTRS, Código Florestal, leis trabalhistas, etc.) e desenvolvimento de uma estratégia de carbono para a paisagem (6 municípios).	Aprovado e em execução
Comunicação	Revisão do site do Instituto PCI	Em andamento

3.4.3.3 Monitoramento, Avaliação e Aprendizagem (MEL)

3.4.3.3.1 Monitoramento

O monitoramento dos subprogramas, está sintetizado nas tabelas a seguir, apresentando os indicadores, conforme o pactuado no MEL.

Tabela 5: Matriz de indicadores do Subprograma Agricultura Familiar, Povos e Comunidades Tradicionais**:**

EIXO	**Indicador**	**Metas Subprograma**	**Metas pactuadas com os Projetos**	**Resultados alcançados até 2021**	**Resultados alcançados até 2023**
Subprograma A1	Número de famílias beneficiadas diretamente	14.000 famílias	5.982 famílias	2.341 famílias	6.568* famílias
Subprograma A2	Número de hectares sob manejo de baixo carbono	35.000 hectares	486.837 hectares	103.301 hectares	437.252 hectares
Eixo 1	Área (ha) com plano de manejo florestal sustentável de PFNM	50.000 hectares	440.990 hectares	111 hectares	129.807 hectares
Eixo 2	Quantidade de sementes comercializadas pelas redes de sementes	20 toneladas	45 toneladas	6,7 toneladas	32,1 toneladas
Eixo 3	Número de tecnologias de baixo carbono adotadas por cadeias de cultivos perenes, fruticultura e apicultura	5 tecnologias	30 tecnologias	11 tecnologias	24 tecnologias
Eixo 4	Número de associações e cooperativas de AF e PCT com projetos de melhoria implementados com êxito	60 associações e cooperativas	71 associações e cooperativas	3 associações e cooperativas	75 associações e cooperativas

EIXO	Indicador	Metas Subprograma	Metas pactuadas com os Projetos	Resultados alcançados até 2021	Resultados alcançados até 2023
Eixo 5	Aumento da eficiência produtiva da pecuária leiteira (litros de leite/ha/ano) sem ampliação da área total (média)	3.000 litros/ha/ano	2650 litros/ha/ano	-	587** litros/ha/ano
Eixo 6	Número de boas práticas difundidas pela ATER e adotada por AF PCT	15 boas práticas	15 boas práticas	15 boas práticas	15 boas práticas

*O indicador pode ter sobreposições de famílias devido às ações dos projetos em diferentes elos das cadeias produtivas.
**O indicador está em processo de levantamento de dados com todos os projetos.

Tabela 6: Matriz de indicadores do Subprograma Territórios Indígenas:

EIXO	Indicador	Metas Subprograma	Resultados alcançados 2021	Resultados alcançados 2022	Resultados alcançados 2023
Subprograma B1	Número de povos beneficiados	22 Povos	40 povos	40 povos	43 povos
Eixo 1	Número de organizações indígenas associadas ou em processo de associação à FEPOIMT	15 organizações associadas ou em processo de associação à FEPOIMT	11 organizações associadas ou em processo de associação à FEPOIMT	11 associações	25 associações

EIXO	**Indicador**	**Metas Subprograma**	**Resultados alcançados 2021**	**Resultados alcançados 2022**	**Resultados alcançados 2023**
Eixo 1.4	Número de projetos apoiados em política de mulheres e jovens indígenas	4 Projetos apoiados	Ação não iniciada	04 projetos locais e 06 estruturantes com ações focadas em mulheres	04 projetos locais e 06 estruturantes com ações focadas em mulheres
Eixo 2.1	Número de protocolos de consulta livre, prévia e informada (CLPI) elaborados	3 protocolos	Ação não iniciada	Ação não iniciada	Realizada 1 Oficina de Assessoramento para a Elaboração de Protocolos
Eixo 2.2	Número de reuniões ordinárias da Comissão de Governança do Subprograma Territórios Indígenas realizadas por ano	3 reuniões por ano	02 reuniões realizadas	02 reuniões realizadas	3 reuniões realizadas
Eixo 2.3	Número de eventos de intercâmbios apoiados	3 eventos/ano	3 eventos	3 eventos	5 eventos
Eixo 3.1	Nº projetos locais apoiados pelo REM-MT (1 projeto estruturante apoiado em cada uma das sete regionais da FEPOIMT)	10 projetos locais (1 projeto estruturante em cada uma das 7 regionais)	07 Projetos Estruturantes (61 Projetos Locais)	92 Projetos Locais e 08 projetos estruturantes	92 Projetos Locais e 08 projetos estruturantes

EIXO	**Indicador**	**Metas Subprograma**	**Resultados alcançados 2021**	**Resultados alcançados 2022**	**Resultados alcançados 2023**
Plano Emergencial	Número de Organizações Indígenas fortalecidas nas 07 regionais indígenas, pelo Programa Emergencial de Enfrentamento a COVID-19		33 organizações	33 organizações	33 organizações

Tabela 7: Matriz de indicadores do Subprograma Produção, Inovação e Mercados Sustentáveis

EIXO	**Indicador**	**Metas Subprograma**	**Resultados alcançados 2022**	**Resultados alcançados 2023**
Subprograma C1	Número de propriedades de até médio porte (até 15 módulos fiscais) beneficiadas pelo Programa	10.500 propriedades	1.628 propriedades	1.668 propriedades
Subprograma C2	Número de hectares sob manejo de baixo carbono (reflorestamento, recuperação produtiva e recuperação de áreas degradadas)	52.250 hectares	Recuperação produtiva: 88.621,91 ha Recuperação ambiental: 105,44 ha	Recuperação produtiva: 90.882,22 ha Recuperação ambiental: 167,61 ha

EIXO	**Indicador**	**Metas Subprograma**	**Resultados alcançados 2022**	**Resultados alcançados 2023**
Eixo 1.1	Taxa de lotação (UA/ha) (bezerro) sem incorporação de novas áreas	3,00 UA/ha	2,02 UA/ha (dado informado pela EMPAER) 1,68 UA/ha (dado informado pelo ICV) (linha base: 1,06 UA/ha)	2,02 UA/ha (dado informado pela EMPAER) 1,53 UA/ha (dado informado pelo ICV) 2,15 UA/ha (dado informado pelo ICV) (linha base: 1,06 UA/ha)
Eixo 1.2	Área (ha) de passivos ambientais recuperada e/ou em recuperação, em terras de beneficiários do Programa REM	3.600 ha	93,24 ha	150,99 ha
Eixo 2.1	Área (ha) da produção com soja certificada, ou em processo de certificação	100.000 ha de produção com soja certificada, ou em processo de certificação	53.968,53 ha	44.068,53 ha (algumas propriedades apresentaram inconformidades e foram excluídas)
Eixo 2.2	Área (ha) de passivos ambientais recuperada e/ou em recuperação, em terras de beneficiários do Programa REM	2.000	12,2 ha	16,62 ha
Eixo 3.1	% de legalidade na exploração florestal em Mato Grosso	80%	62%	63% (Fonte: Mapeamento da exploração madeireira em Mato Grosso – Agosto 2020 a

EIXO	**Indicador**	**Metas Subprograma**	**Resultados alcançados 2022**	**Resultados alcançados 2023**
				Julho 2021)

Tabela 8: Matriz de indicadores do Subprograma Fortalecimento Institucional e Políticas Públicas Estruturantes:

EIXO	**Indicador**	**Metas Subprograma**	**Resultados alcançados 2022**	**Resultados alcançados 2023**
Subprograma D1	D1- Número de instrumentos do sistema subnacional de REDD+ adaptados para integração ao sistema nacional	02	02	02
Subprograma D2	Taxa média quinquenal de desmatamento anual reduzida na Amazônia final Mato-grossense (em Km2)- 2020 a 2024	Redução de 6% na média quinquenal (2016-2020)	16% de incremento na média quinquenal	Dados em processsamento
Subprograma D3	Investimentos privados anuais para a produção sustentável de baixo carbono	R$200 milhões anuais	R$ 1.417.489	R$ 20 milhões (aprox.)
Eixo 1.1	Sistema subnacional de REDD+ com salvaguardas implantado	1	1 instrumento de salvaguardas finalizado	1
Eixo 2.1.3	% de atendimento dos alertas de desmatamento das infrações identificadas	80% de atendimentos dos alertas acima de 50	Dados em processamento	Dados em processamento

EIXO	**Indicador**	**Metas Subprograma**	**Resultados alcançados 2022**	**Resultados alcançados 2023**
	pelas instituições de comando e controle em 2023, acima de 50 hectares	ha, até 2023		
Eixo 2.1.4	% de áreas embargadas das infrações identificadas pelas instituições de comando e controle, com o sistema Planet	100%	100% de áreas embargadas	100% de áreas embargadas